



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA FERNANDA VIEIRA GUIMARÃES

**A DEPENDÊNCIA DO SETOR PRIMÁRIO EXPORTADOR BRASILEIRO DOS
MEIOS DE PRODUÇÃO DO SETOR ESTRANGEIRO: UMA ANÁLISE DAS
IMPORTAÇÕES DE INSUMOS ENTRE 2000 E 2020**

João Pessoa - PB
2024

MARIA FERNANDA VIEIRA GUIMARÃES

**A DEPENDÊNCIA DO SETOR PRIMÁRIO EXPORTADOR BRASILEIRO DOS
MEIOS DE PRODUÇÃO DO SETOR ESTRANGEIRO: UMA ANÁLISE DAS
IMPORTAÇÕES DE INSUMOS ENTRE 2000 E 2020**

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof.º Dr.º Lucas Milanez Almeida

João Pessoa - PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G963d Guimaraes, Maria Fernanda Vieira.

A Dependência do setor primário-exportador dos meios de produção do setor estrangeiro: uma análise das importações de insumos entre 2000 e 2020 / Maria Fernanda Vieira Guimaraes. - João Pessoa, 2024.
46 f. : il.

Orientação: Lucas Milanez de Lima Almeida.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Setor primário exportador. 2. Importação de bens de capital. 3. Teoria marxista da dependência. 4. Desindustrialização. 5. Absorção de investimentos estrangeiros. I. Almeida, Lucas Milanez de Lima. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

MARIA FERNANDA VIEIRA GUIMARAES

**A DEPENDÊNCIA DO SETOR PRIMÁRIO EXPORTADOR BRASILEIRO DOS
MEIOS DE PRODUÇÃO DO SETOR ESTRANGEIRO: UMA ANÁLISE DAS
IMPORTAÇÕES DE INSUMOS ENTRE 2000 E 2020**

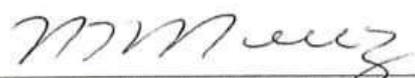
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 08 de OUTUBRO de 2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucas Menezes de Lima Almeida – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dra. Rosangela Palhano Ramalho
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha querida avó, Vera Lúcia, que se faz presente em todos os momentos apesar da distância a nós imposta. Minha avó, minha referência desde que me entendo por gente, que me ensinou da importância dos livros, dos filmes e das viagens, me ensinou a sonhar, que acredita no meu potencial e em um futuro brilhante pra mim, mais do que eu.

Às minhas lindas irmãs, minhas Marias, que são meu alicerce, parte inevitável de quem eu sou e meu tudo nesse mundo. Nelas encontro força e inspiração e essa será uma verdade constante ao longo da vida. Individualmente agradeço à Maria Júlia por, em acolhimento ao seu papel de irmã mais velha, ter dividido comigo todas as experiências, sejam as boas ou ruins. Ainda, por ser minha irmã primeiro, e, por isso, ser minha referência em praticamente todos os aspectos da vida. À Maria Eugênia por me inspirar com sua coragem, inteligência e irreverência sem iguais, as quais tento emular um pouquinho todos os dias. Por ser minha amiga e se dispor, seja para me escutar, ler meus trabalhos acadêmicos ou escolher peças para compor meus *looks*. Por se alegrar com minhas conquistas e minha felicidade. À Maria Valentina, nossa bonequinha, que, com sua ternura e energia, me lembra que os dias podem ser divertidos de novo depois de um momento ruim, pelo carinho que despende conosco e pela cumplicidade que aprendeu a ter mesmo tão nova.

Agradeço à minha mãe, Débora Regina, por me amar sem tamanho. Pela sua gentileza e paciência inigualáveis que imprimiram em mim a necessidade de ver o mundo com olhos bondosos. Por ser uma romântica que acredita na possibilidade de uma vida bonita e por ter insistido em tentar de novo para que tivéssemos, sobretudo, uma educação de qualidade. Agradeço ao meu pai, Hudson Guimarães, por ser meu referencial de intelectualidade e por ter inculcado em mim, desde nova, a sede de aprender. Por ter escutado *One Direction* em uma tentativa de se aproximar de mim quando estávamos separados, por ter me passado seus valores mais elementares e por me amar incondicionalmente.

Agradeço à minha família e, em especial, ao meu tio Orestes (*in memoriam*) que tocava *Memory* da Barbra Streisand comigo no piano e me chamava de Daiane dos Santos porque eu dava muitas estrelinhas em casa, que fez minha infância mais feliz e, em momentos que precisamos, esteve presente. Agradeço à minha bisavó Cleonice (*in memoriam*) por ser meu exemplo de fortaleza e resiliência, por me ensinar a lavar o cabelo da maneira que é hoje a mais divertida e por me pedir para ler-lhe o salmo 91 todas as noites antes de dormir. Agradeço ao meu padrinho, Peterson, por ser tão gentil e divertido quanto eu tento ser, por me

trazer apenas o bom de ser uma afilhada e por ser uma constante na minha vida. Agradeço também ao meu tio Astério, pelo exemplo de retidão e pelas ligações aos domingos. Agradeço à minha prima e amiga, Maria Eduarda, por me oferecer carinho, companheirismo e compreensão, independente da situação ou do tempo que passemos longe uma da outra.

Ao meu amor e melhor amigo, Davi Gama, agradeço pela cumplicidade e compreensão. Por, independente do status de amigo ou namorado, representar abrigo, carinho e, acima de tudo, apoio. Por me escutar divagar incessantemente ao longo desses anos de graduação, por me abraçar e me acalmar mesmo quando não percebi que preciso, fazendo desaparecer qualquer resquício de ansiedade e por ser uma promessa de um futuro feliz.

Aos meus lindos amigos com quem desejo continuar compartilhando a vida. Agradeço a Lindemberg Farias, amigo de longa data que, mesmo de Ubatuba e com três conversas anuais, continua torcendo por mim em meus devaneios acadêmicos e por quem também torço em seus sonhos internacionais. À Carla Meira, a Grande Amiga que fiz durante a graduação e cujo apoio, carinho e atenção têm sido essenciais no último ano, em todos os âmbitos da vida. Com quem continuamente faço grandes planos para o futuro e em quem me inspiro rotineiramente. À minha querida amiga Isabel, que cativou meu carinho com sua forte personalidade, seu cuidado e atenção insuperáveis, agradeço por compartilhar comigo opiniões, sentimentos e por me deixar fazer parte de sua vida. A Bolivar Pedrosa, amigo especial que, com sua personalidade ímpar, tem sido um alento nos momentos críticos e, ao longo dos últimos 5 anos de graduação, foi um modelo de intelectualidade e fonte de inspiração. À Carla Gomes, amiga inspiradora que me ensina constantemente sobre a importância da disciplina das paixões, que é exemplo de intelectualidade, autenticidade e criatividade. À Camila Trajano, minha querida amiga que tem compartilhado inúmeras horas dedicadas às provas, risadas e fofocas comigo, agradeço por ser alguém em quem confio e por sempre oferecer ouvidos e ombros amigos. A Antonio Queiroz, amigo com quem sazonalmente tenho um encontro marcado para compartilhar as novidades e cuja opinião certa e compreensão tanto aprecio.

Ao corpo docente do curso de Relações Internacionais, na figura de dois professores importantes para minha trajetória acadêmica. Agradeço a Pascoal Teófilo, por ter a coragem de ensinar métodos quantitativos em um curso cheio de “tecnofóbicos” e pela confiança muda que transparece depositar nos alunos. Agradeço ao meu orientador, Lucas Milanez, por ter aceitado meu interesse na pesquisa mesmo que tenhamos feito apenas uma breve entrevista, pela paciência para ensinar conceitos essencialmente econômicos com os quais eu não havia ainda tido contato e pela dedicação que despendeu ao trabalho.

RESUMO

O presente artigo é fruto de um Projeto de Iniciação Científica da UFPB, com o objetivo de analisar a possível dependência do setor primário-exportador brasileiro das importações de insumos e bens de capital estrangeiros no período de 2000 e 2020. Desde os anos 1990, verifica-se uma substancial desindustrialização no Brasil, um país que, historicamente, tem no setor primário-exportador um importante motor dinamizador de sua economia. Diante desse contexto, o trabalho se propõe a analisar os efeitos do processo de desindustrialização sobre o funcionamento do setor primário-exportador. O presente estudo investigou os padrões de importações do setor primário-exportador, subdividido em quatro atividades econômicas (Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal, Pecuária e Pesca; Extração de Petróleo e Gás; Extração de Minério de Ferro; Outros da Indústria Extrativa), ao longo das primeiras décadas do século XXI e examinou sua relação com o contexto de desindustrialização. Partindo da teoria marxista da dependência, como base teórica, o estudo adotou uma abordagem quantitativa, utilizando as Matrizes de Absorção de Investimentos e Matrizes de Insumo-Produto disponibilizadas pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ). Os objetivos específicos do presente trabalho foram: posicionar a desindustrialização como um processo em curso na economia brasileira; compreender o papel que o setor primário-exportador desempenha na dinâmica de acumulação dos países periféricos, sobretudo no Brasil; e, por fim, realizar uma análise quantitativa acerca dos dados de importação de produtos manufaturados e absorção de investimentos estrangeiros pelo referido setor. As principais conclusões do presente artigo indicam o maior uso de meios de produção estrangeiros na produção do setor primário-exportador e, portanto, podem indicar um aumento na dependência do funcionamento do referido setor em relação a insumos e bens de capital vindos do mercado internacional. Contudo, esta não se apresentou de maneira uniforme ou mesmo foram encontrados indicativos de que o setor chegou a uma situação crítica. Os resultados mostram uma pequena alteração, sobretudo no consumo intermediário.

Palavras-chave: setor primário exportador; importação de bens de produção; teoria marxista da dependência;

ABSTRACT

The present article is the result of a Scientific Initiation Project at UFPB, aiming to analyze the potential dependence of the Brazilian primary-export sector on the imports of foreign inputs and capital goods between 2000 and 2020. Since the 1990s, Brazil has experienced substantial deindustrialization, a country that, historically, has relied on the primary-export sector as an important driver of its economy. In this context, the study aims to analyze the effects of the deindustrialization process on the functioning of the primary-export sector. The present study investigated the import patterns of the primary-export sector, subdivided into four economic activities (Agriculture, Forestry, Logging, Livestock, and Fishing; Oil and Gas Extraction; Iron Ore Mining; Other Extractive Industries), over the first decades of the 21st century, and examined its relationship with the deindustrialization context. Based on the Marxist theory of dependency as a theoretical foundation, the study adopted a quantitative approach, using Investment Absorption Matrices and Input-Output Matrices provided by the Group of Industry and Competitiveness of the Institute of Economics at the Federal University of Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ). The specific objectives of the present study were: to position deindustrialization as an ongoing process in the Brazilian economy; to understand the role that the primary-export sector plays in the accumulation dynamics of peripheral countries, especially in Brazil; and, finally, to conduct a quantitative analysis of the data on the importation of manufactured products and foreign investment absorption by the aforementioned sector. The main conclusions of this article indicate a greater use of foreign means of production in the primary-export sector's production and, therefore, may suggest an increase in the sector's dependence on inputs and capital goods from the international market. However, this was not uniformly presented, nor were there any indications that the sector had reached a critical situation. The results show a small change, especially in intermediate consumption.

KEY-WORDS: primary-export sector; importation of capital goods; Marxist theory of dependency;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação Percentual de Cada Seção na Exportação de 2000 até 2020.....	26
Gráfico 2 - Participação Percentual de Cada Seção nas Importações de 2000 até 2020.....	27
Gráfico 3 - Série Histórica da Atividade: Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal, Pecuária e Pesca.....	30
Gráfico 4 - Série Histórica de Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal, Pecuária e Pesca.....	31
Gráfico 5 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal.....	32
Gráfico 6 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Pecuária e Pesca.....	32
Gráfico 7 - Série Histórica da Atividade: Extração de Petróleo e Gás.....	33
Gráfico 8 - Série Histórica de Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Extração de Petróleo e Gás.....	34
Gráfico 9 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Petróleo e Gás Natural.....	35
Gráfico 10 - Série Histórica da Atividade: Extração de Minério de Ferro.....	36
Gráfico 11 - Série Histórica da Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Extração de Minério de Ferro.....	37
Gráfico 12 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Extração de Minério de Ferro.....	37
Gráfico 13 - Série Histórica da Atividade: Outros da Indústria Extrativa.....	39
Gráfico 14 - Série Histórica da Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Outros da Indústria Extrativa.....	39
Gráfico 15 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Outros da Indústria Extrativa.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGV	Cadeias Globais de Valor
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ETN	Empresas Transnacionais
F&A	Fusões e Aquisições
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
MAI	Matrizes de Absorção de Investimento
MIP	Matrizes de Insumo-Produto
NDIT	Nova Divisão Internacional do Trabalho
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PSI	Processo de Substituição de Importações
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	14
3. ANÁLISE DOS DADOS	25
3. 1. ComexStat	25
3. 2. Matrizes de Insumo Produto e Matrizes de Absorção de Investimento	28
3. 2. 1. Atividade: Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal, Pecuária e Pesca	29
3. 2. 2. Atividade: Extração de Petróleo e Gás	33
3. 2. 3. Atividade: Extração de Minério de Ferro	36
3. 2. 4. Atividade: Outros da Indústria Extrativa	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Conforme a Teoria Marxista da Dependência (TMD) sugere, economias periféricas, como a brasileira, estão estruturalmente condicionadas a uma dependência econômica em relação aos países centrais, os quais frequentemente exploram os recursos dessas nações periféricas por meio de trocas desiguais, dentre outros mecanismos (Marini, 2017). Apesar do ímpeto observado na industrialização brasileira ao longo do século XX, impulsionada pelo processo de substituição de importações e pela criação de diversas estatais nos setores metalúrgico, mecânico e químico, a indústria nacional não atingiu um desenvolvimento pleno que colocasse o país no grupo das principais economias desenvolvedoras de novas tecnologias (Tavares, 1972). Atualmente, a literatura aponta para o processo de desindustrialização da economia brasileira como um processo que vem se alongando desde a década de 90 (Almeida *et al*, 2017; Hiratuka e Sarti, 2017).

Em termos gerais, o processo de desindustrialização ocorre de maneira natural em economias maduras de países desenvolvidos que atingiram um patamar econômico em que a manufatura, após promover avanços tecnológicos em toda a economia doméstica, incluindo o setor de serviços, já não é o setor mais rentável (Filgueiras, 2013). Neste artigo, analisaremos que o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil no entanto, iniciado na década de 1990 e intensificado nos anos 2000, não decorre do amadurecimento da economia brasileira, nem do crescimento de outros setores superando a indústria, uma vez que esta sequer teve tempo de se desenvolver plenamente.

Compreendendo que o setor primário-exportador consiste no segmento da economia que engloba as atividades primárias, como a agropecuária e os três tipos de extrativismo (animal, vegetal e mineral) direcionados para o mercado exterior, e reconhecendo que, em determinados momentos históricos, figurou como principal motor da economia brasileira, é evidente sua importância para o desenvolvimento econômico do país. Nesse ínterim, o setor primário-exportador emerge como um importante elemento para a análise, pois figura como um essencial dinamizador da economia brasileira ao longo da história da economia contemporânea brasileira. Conforme sugere a Teoria Marxista da Dependência, os setores primários desempenham um papel fundamental nas economias periféricas, pois garantem a fonte de divisas internacionais, um processo essencial para economias periféricas cujos balanços de pagamentos são estruturalmente deficitários.

Considerando a inter-relação entre a desindustrialização e reprimarização pelas quais passa o Brasil, bem como a importância e robustez do setor primário exportador como força

motriz da economia brasileira, além dos pressupostos da Teoria Marxista da Dependência, surge a necessidade de uma análise dos impactos que a desindustrialização teve nas atividades desse setor. Emerge como elemento central do presente artigo, portanto, a investigação de como o processo de desindustrialização pelo qual passou o Brasil afetou o funcionamento do setor em questão, potencialmente aumentando sua dependência de bens de capital e insumos provenientes do mercado externo. Caso a produção industrial doméstica estivesse adequada para atender às exigências do setor primário-exportador de forma satisfatória ao longo dos anos, seria improvável observar, por meio dos dados de importações, uma dependência significativa do setor em questão das importações provenientes do mercado estrangeiro. Diante dessa premissa, levando em consideração a expressiva contribuição do setor primário-exportador para a economia brasileira, se torna crucial compreender a situação atual da indústria nacional e suas capacidades de atender às demandas do segmento. Para tanto, a teoria marxista da dependência foi eleita como guia para as análises baseadas nos dados de importação do setor primário exportador

Esse objetivo será concretizado por meio de uma análise quantitativa acerca das importações de insumos manufaturados pelo setor no recorte temporal de 2000 até 2020, bem como sobre a absorção de bens de capital estrangeiros usados nos investimentos do setor em questão. Posteriormente, será realizado um levantamento bibliográfico para posicionar a desindustrialização como um processo em curso na economia brasileira, bem como uma breve revisão de literatura acerca da TMD e do papel que o setor primário exportador desempenha na dinâmica de acumulação em países dependentes, sobretudo o Brasil. O tratamento e análise dos dados coletados referentes às importações realizadas pelo setor entre os anos de 2000 a 2020, será realizado utilizando a plataforma *VSCode* e a linguagem de programação *Python* para a confecção de gráficos visando uma melhor visualização e interpretação dos dados obtidos.

Além desta introdução, o artigo é composto por um sucinto apanhado a respeito da Teoria Marxista da Dependência e sua pertinência na análise dos processos em curso na economia brasileira. Em seguida, realiza-se uma contextualização da desindustrialização brasileira e, por último, é efetuada a análise dos dados. O presente artigo não contém uma seção metodológica; no entanto, os processos e métodos estão claramente explicitados e detalhados ao longo do corpo do texto.

1. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) é uma abordagem analítica que busca compreender as relações econômicas entre países centrais e periféricos à luz da teoria marxista, destacando as particularidades do capitalismo latino-americano, evidenciando a distinção das economias dependentes em relação aos países avançados. Desenvolvida principalmente durante os anos 1960, buscou compreender a subordinada inserção de economias dependentes no sistema internacional e, em sua essência, argumenta que a condição de subordinação das economias periféricas em relação às centrais é uma característica intrínseca do sistema capitalista global. A TMD contesta a ideia de que as interações entre centrais e periféricos resultam apenas em trocas de produtos e investimentos, apontando que tanto o capitalismo dependente quanto o desenvolvido são produtos de processos históricos dentro do sistema mundial capitalista, permitindo a coexistência e reprodução de economias com características distintas e hierarquicamente estabelecidas (Osorio, 2016).

A TMD oferece uma estrutura conceitual robusta para compreender as relações econômicas entre os países centrais e periféricos. Considerando que o presente estudo pretende analisar os padrões de importação do setor primário-exportador brasileiro em meio ao contexto de desindustrialização, a TMD se revela particularmente pertinente por destacar a natureza estruturalmente desigual do sistema capitalista global. Ao incorporar essa perspectiva teórica é possível examinar como a desindustrialização no Brasil influencia os padrões de importação, considerando a dinâmica de acumulação de capital e a divisão internacional do trabalho. Além disso, os mecanismos que mantêm essa dependência, de acordo com a TMD, destacam os determinantes estruturais por trás das tendências observadas nas importações de bens de produção pelo setor primário-exportador brasileiro. Em suma, a Teoria Marxista da Dependência proporciona uma base teórica sólida e uma perspectiva crítica para analisar os fenômenos econômicos em questão, contribuindo, assim, para uma compreensão mais abrangente dos processos em curso na economia brasileira.

A partir da disseminação do desenvolvimento do capitalismo por todos os cantos do globo, a história da humanidade passa a adquirir uma dimensão global, uma vez que os processos capitalistas passam a integrar os países do planeta em um sistema mundial capitalista. Nessa ótica, o sistema é uma entidade heterogênea de diversas maneiras e, sendo assim, gesta diversas modalidades de desenvolvimento capitalista. De maneira geral, o sistema mundial capitalista e a divisão internacional do trabalho que o caracteriza gera

especializações produtivas que favorecem a elevação da produtividade em algumas regiões e economias, enquanto limitam as opções de atividades que poderiam impulsionar o aumento da produtividade em outras (Osorio, 2016). A estrutura do sistema é comumente delineada entre centros e periferias, onde nos centros ocorre a apropriação do valor, enquanto nas periferias prevalecem as transferências de valor para os anteriores (Osorio, 2012).

No contexto latino-americano, o Brasil compartilha a trajetória de um desenvolvimento industrial tardio com outros países da região, inserindo-se no cenário internacional de maneira subalterna, associada e dependente (Marini, 2017). Segundo a Teoria Marxista da Dependência, o capitalismo dependente latino-americano emerge como uma forma singular de capitalismo, distanciando-se dos caminhos trilhados pelas economias desenvolvidas. Essa diferenciação é resultado de processos históricos dentro do sistema mundial capitalista, que “favorece que capitalismo com níveis muito distintos de composições orgânicas e de produtividades se necessitem e se reproduzam em suas diferenças” (Osório, 2016, p.498). O “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” são processos interligados refletidos um no outro, emergindo do amadurecimento do sistema capitalista mundial. Da maneira que o capitalismo mundial se desenvolveu, e, por meio das relações entre economias à época industriais e colônias baseadas na exportação de produtos primários, houve uma clara divisão do trabalho entre as duas categorias. Essa dinâmica foi pautada na necessidade dos países desenvolvidos de obterem insumos, alimentos e, nas últimas décadas, até produtos manufaturados baratos, além de manterem um mercado cativo para a exportação de manufaturas e bens de capital. Sendo assim, a dinâmica de intercâmbios comerciais entre as duas categorias de economia é baseada no mecanismo de trocas desiguais, em que as economias subdesenvolvidas são estruturalmente forçadas a fornecer produtos com menor tecnologia agregada e, assim, têm menor retorno monetário nas exportações, enquanto economias desenvolvidas, com processos que utilizam tecnologia de ponta, comercializam produtos de maior valor agregado (Osorio, 2016).

De acordo com a TMD, as economias periféricas não são apenas atrasadas em relação às economias centrais, mas estão estruturalmente condicionadas à reprodução da sua dependência econômica. Sendo assim, a dependência é concebida como uma unidade dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em escala mundial, de maneira que o progresso de algumas economias ocorre em detrimento de outras (Carcanholo, 2013). Essa dependência é mantida de diferentes maneiras, a depender do período histórico. Inicialmente, no período colonial, no contexto da acumulação primitiva europeia, a dependência era mantida principalmente por meio de instrumentos políticos da metrópole em direção às colônias. Hoje,

no entanto, a dependência se dá por meio, principalmente, de mecanismos econômicos que permitem a transferência de valores de uma região para outra, como a deterioração dos termos de troca, pagamento de royalties, juros de dívida, transferência devido ao monopólio de conhecimento e etc. (Osorio, 2012).

Um dos mecanismos pelos quais essa dependência é mantida e reproduzida, e amplamente discutido no arcabouço teórico da TMD, são as trocas desiguais. Como explicitado anteriormente, através desse mecanismo, parte do valor produzido nas economias periféricas é apropriado pelas economias centrais por meio de relações comerciais desiguais. Isso significa que, economias periféricas, como o Brasil, estão estruturalmente condicionadas à dependência econômica de países do centro, que, na esfera comercial, se apropriam de recursos de nações periféricas através de mecanismos econômicos já estabelecidos, contribuindo assim para a acumulação de capital nas economias centrais (Marini, 2017). Essa forma de transferência de valor das economias dependentes para as centrais é vista como um dos mecanismos fundamentais que perpetuam a dependência econômica, contribuindo para a manutenção da desigualdade econômica global (Carcanholo, 2013).

O sistema capitalista, como sistema internacionalizado, estabelece divisões do trabalho em escala global, nas quais a América Latina tem desempenhado um papel crucial como produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos, desde a era colonial até o período do padrão primário-exportador no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (Osório, 2012). Ainda no âmbito das principais discrepâncias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, segundo Charnock e Starosta (2016), a internacionalização produtiva das Empresas Transnacionais (ETN) a partir da década de 1970, por meio da alocação de manufatura intensiva em mão de obra na periferia, foi um fator significativo no declínio industrial observado nos países desenvolvidos à época, além de levar países atrasados, como o Brasil, a serem inseridos nas Cadeias Globais de Valor (CGV) como fornecedores de mão de obra de baixo custo. Associado a isso, avanços tecnológicos nos meios de transporte e comunicação e a fragmentação dos processos produtivos resultaram em uma dinâmica de estabelecimento de fábricas, em países subdesenvolvidos, orientadas para a exportação (Charnock e Starosta, 2016).

A partir do final da década de 1970, há um rompimento com a até então vigente DIT, em que as economias periféricas ocupavam uma posição subalterna limitada ao fornecimento de matérias-primas e alimentos básicos. A partir desse período, estabelece-se a Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT), na qual as economias periféricas passam a fornecer uma massa trabalhadora disciplinada e mal remunerada. De acordo com a TMD, a posição das

economias exportadoras de matérias-primas na DIT implica um desencadeamento de processos nos quais a busca de lucros pelos capitais locais não apenas não gera desenvolvimento, mas perpetua condições que reproduzem os atrasos produtivos, resultando na modalidade de capitalismo de trocas desiguais, dissipando a robustez da acumulação (Osório, 2016). No âmbito da NDIT, o mesmo se repete, uma vez que a recepção de fábricas de ETNs e a remessa de lucros para o exterior não engendram desenvolvimento interno, dado que os processos produtivos são agora fragmentados e implementados em “blocos” prontos vindos dessas empresas, mas desconexos com a dinâmica então vigente no local (Charnock e Starosta, 2016).

Ainda, devido aos avanços nos meios de transporte e comunicação, a fragmentação dos processos produtivos e a simplificação das tarefas tornaram-se viáveis, permitindo que atividades de baixa intensidade tecnológica fossem realizadas em diferentes partes do mundo, principalmente em países subdesenvolvidos, enquanto as informações privilegiadas e a tecnologia permaneceram concentradas nas empresas-sede aprofundando essa limitação da produtividade em países periféricos (Charnock e Starosta, 2016). Conforme postulado pelos autores, o Brasil é classificado como um dos países que se tornou receptor de manufaturas de Empresas Transnacionais a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, seguindo uma nova divisão internacional do trabalho. Nesse cenário, o Brasil se enquadra como parte de um terceiro mundo industrializado, porém ainda dependente (Charnock e Starosta, 2016). Contudo, a partir dos anos 1990 o Brasil sofreu um movimento reverso, que levou a sua desindustrialização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A desindustrialização é um fenômeno do capitalismo que afeta economias globalizadas, caracterizado pela substituição da presença da indústria manufatureira na economia por outras formas de acumulação. Osório (2012) aponta que, em seu ciclo de valorização, o capital assume variadas formas e, de acordo com a situação histórica, se traduz em maiores investimentos em setores específicos da economia à medida em que os eixos de acumulação se perpetuam. Sendo assim, o processo de desindustrialização pode ser compreendido não como um retrocesso para o capitalismo, no sentido técnico de perda de capacidade manufatureira, mas como uma mera atualização do formato de acumulação e concentração de capital. A principal diferença seria que a acumulação não estaria mais centrada na produção industrial, mas distribuída entre outros setores da economia, conforme

estabelecido pelo desenvolvimento concreto da lei geral de acumulação capitalista (Almeida, 2017; Almeida e Balanco, 2024).

Conforme proposto por Cano (2012), o processo de industrialização dos países desenvolvidos abarca inúmeros fatores. A expansão da industrialização, ao crescer mais do que outros setores, naturalmente engendra certo nível de desenvolvimento no sentido schumpeteriano do termo. Ao tornar-se madura, a indústria exige uma infraestrutura urbanizada dos países, que, desta maneira, passam por um intenso crescimento e diversificação de serviços de toda a ordem: comércio, transportes, finanças, saúde, educação e outros. Sendo assim, a participação industrial eventualmente diminui de forma natural, enquanto outros serviços, dinamizados e expandidos, continuam tomando conta da economia. Para os países desenvolvidos o processo de desindustrialização ocorre dessa maneira carregando um caráter neutro (Cano, 2012). A desindustrialização em economias maduras, portanto, seria um desenrolar natural do ciclo de acumulação do capital uma vez que a indústria manufatureira, além de estar solidamente estabelecida, já teria gerado efeitos multiplicadores para outros setores da economia doméstica (Filgueiras, 2013).

Em uma análise mais aprofundada, que se afasta das concepções tradicionais do conceito de desindustrialização, Almeida *et al.* (2017), à luz da teoria marxiana, propõem que a desindustrialização ocorrida em países com uma indústria madura deve ser analisada sob a perspectiva da influência das Cadeias Globais de Valor e da Nova Divisão Internacional do Trabalho no funcionamento das indústrias manufatureiras em países desenvolvidos. Isso porque, conforme salientado anteriormente neste estudo, houve uma transferência massiva de parques industriais e fábricas dos países industrializados para países em desenvolvimento, visando maximizar os lucros ao se beneficiar de uma força de trabalho mal remunerada e, de maneira geral, resultou em processos de desindustrialização em diferentes países desenvolvidos (Almeida *et al.*, 2017).

Para os países periféricos, o próprio processo de engendramento de uma indústria frequentemente ocorre de maneira associada ao capital externo, que busca condições favoráveis para investimento, como impostos baixos, mão de obra barata e matéria-prima sem impostos ou regulamentações e passa a alocar a manufatura intensiva em mão de obra para o então chamado Terceiro Mundo, conforme destacado por Charnock e Starosta (2016). Sendo assim, mesmo industrializados, a dependência estrutural dos países subdesenvolvidos se mantém e, dessa maneira, continuam a ser influenciados pelas necessidades e estratégias do capital externo. Conforme Almeida (*et al.*, 2017) países desenvolvidos, nos quais o processo de desindustrialização está associado ao progresso tecnológico, como é o caso dos Estados

Unidos, podem ser classificados como experimentando uma desindustrialização de caráter “positivo”. No lado diametralmente oposto, países periféricos, em que o processo de desindustrialização teria sido iniciado em uma etapa do capitalismo em que as condições de produtividade ainda não foram plenamente estabelecidas, experimentam uma desindustrialização de caráter “negativo” que resultaria, dentre outros fatores, “[...] na dependência em relação à produção estrangeira para suprir as necessidades internas de consumo e de meios de produção” (Almeida *et al*, 2017, p. 9). Este é o caso do Brasil.

Em um breve apanhado da economia brasileira contemporânea, é possível observar, logo no início da República, a prevalência de um padrão primário exportador, que foi posteriormente substituído por um modelo de desenvolvimento baseado no Processo de Substituição de Importações, o qual foi predominante até meados dos anos 1970 (Filgueiras, 2017). A partir desse período, os processos de financeirização e liberalização propostos pela escola de Chicago começaram a ser exportados dos Estados Unidos para todos os quadrantes do globo (Charnock e Starosta, 2016).

O padrão primário exportador (Filgueiras, 2017, p. 155), foi estritamente baseado na dinâmica do comércio internacional e do setor externo, tendo em vista o caráter dependente da economia brasileira, que se traduz, de fato, na adaptação das estruturas internas do país à lógica de acumulação de capital de países dominantes. No Brasil, até a Crise de 1929, não apenas a exportação de produtos minerais e agrícolas era a principal fonte de renda como o setor primário-exportador detinha a primazia quanto à dinamização da economia. Dessa maneira, a mais-valia era realizada na esfera do mercado exterior por meio das exportações e se traduzia essencialmente em renda aplicada às importações (Marini, 2013). Essa estrutura dada está de acordo com a DIT anteriormente mencionada ao posicionar o Brasil no sistema internacional enquanto um fornecedor de matéria-prima, alimentos e bens primários (Charnock e Starosta, 2016). Além disso, os efeitos multiplicadores para a economia doméstica eram estritamente limitados ao tipo de bem produzido para exportação e à sua possibilidade de irradiação interna. No caso brasileiro, o café foi essencial para que o embrião industrializante da economia brasileira se estabelecesse (Tavares, 1972). Com a expansão da economia cafeeira, houve um rápido crescimento do emprego de mão de obra nas cafeiculturas, que se tornou mecanizado após o emprego da mão de obra assalariada. Processos deste porte envolvem um avançado e eficiente sistema voltado para o comércio exterior e, ainda, o deslocamento geográfico das cafeiculturas proporcionado pela malha ferroviária disponível permitiu que o processo de urbanização do Brasil fosse impulsionado.

O processo de expansão da economia cafeeira, no Brasil, resultou, assim, nos alicerces para a industrialização brasileira (Silva, 1976).

Sendo assim, as características provenientes da economia cafeeira primário-exportadora, tais como a mecanização da atividade e a formação do mercado consumidor interno, ambas proporcionadas pelo uso do trabalho assalariado, lançaram bases para o posterior desenvolvimento embrionário de indústrias tradicionais, de bens de consumo interno e de baixa intensidade tecnológica. Nesse âmbito, a mais-valia, gerada de acordo com a dinâmica do mercado exterior, e traduzida em aplicações no setor primário-exportador, também resultava em investimentos em setores internos associados ao consumo das camadas mais populares. Sendo assim, paralelamente ao desenvolvimento de uma indústria voltada para as atividades de exportação, é desenvolvida uma indústria leve, que “produz para o mercado interno, indo além do nível artesanal e dando lugar, progressivamente, à implementação de núcleos fabris de relativa importância” (Marini, 2013, p. 51). O crescimento econômico interno ficava, portanto, não parcial mas totalmente atrelado à dinâmica do setor primário-exportador e, conseqüentemente, da demanda do mercado mundial, tendo em vista que essa baixa intensidade industrial não era suficiente para dinamizar a economia internamente (Tavares, 1972).

O modelo primário-exportador, que teve primazia até meados da década de 1930, foi então substituído pelo Processo de Substituição de Importações (PSI), que se deu, em uma retrospectiva histórica, devido à confluência de diversos elementos políticos e econômicos, inseridos no momento histórico-social em que tomou corpo, o período entreguerras e da Grande Depressão. A queda na receita de exportação, verificada principalmente porque os esforços dos países centrais estavam voltados aos empreendimentos militares de guerra, e a conseqüente queda na capacidade de importar decorrente da escassez de divisas, somados ao impedimento físico das importações alcançarem o Brasil devido aos conflitos travados no Oceano Atlântico, bem como a mudança qualitativa no bloco no poder¹ que passou a abarcar a emergente burguesia industrial são alguns dos principais fatores que devem aqui ser mencionados. A profundidade desse desequilíbrio externo resultou na adoção de medidas de defesa do mercado interno, como a restrição de importações e a compra de excedentes. Diante da impossibilidade de realizar importações em larga escala, portanto, é que os processos industriais brasileiros passaram a ter mais pujança e vigor no âmbito da economia doméstica de maneira que, as medidas implementadas se desdobraram em certo tipo de estímulo à produção industrial interna. Esse processo, em essência, resultou em uma troca do setor

¹POULANTZAS, Nicos; SILVA, Francisco. **Poder político e classes sociais**. 1977.

dinamizador da economia brasileira, agora não mais o setor externo, porém o interno (Tavares, 1972).

Neste modelo de acumulação qualitativa e quantitativamente distinto do anterior, a atuação estatal foi essencial para a transferência de renda e ganhos para o setor industrial, elevando-o ao centro dinamizador da economia brasileira por meio de medidas como a adoção do confisco ao café, instauração do salário mínimo e investimento no tripé metal-mecânico-químico. Nesse âmbito, ao setor agrário é dada uma nova função: obtenção de divisas para a importação de bens de capital e bens de consumo intermediários os quais a indústria brasileira não fosse capaz de produzir (Oliveira, 2003). A partir de então, a economia brasileira passou a operar com uma dualidade estrutural entre os dois principais setores: agrário e industrial, que juntos compõem o bloco no poder e, com o passar do tempo, alternam protagonismo e influência na direção do Estado brasileiro.

Ainda no contexto do modelo de desenvolvimento do PSI, houve a emergência do movimento desenvolvimentista (1930 - 1980), que pretendia elevar o Brasil de sua posição como mero produtor agrário para potência industrial, e que pode ser categorizada em duas principais correntes, conforme a expressividade do capital estrangeiro. A primeira fase, a nacionalista, durante a qual se deu a industrialização restringida esteve em vigor de 1930 até o fim do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1955). Caracterizada por um dinamismo limitado e assentado na economia dual, essa fase foi marcada pelas chamadas “substituições fáceis” dentro do âmbito do PSI. Portanto, isso significa dizer que, na versão periférica do processo de industrialização, o processo se dá a fim de suprir as demandas já existentes no mercado e não como desdobramento de avanços científicos na fronteira tecnológica. Dentre suas principais características, destacam-se a baixa presença e relevância do capital estrangeiro, relegado a setores menos dinâmicos e com influência mínima nas decisões estratégicas nacionais, além da baixa produtividade e competitividade no cenário internacional. Além disso, a tendência de dispersão dos investimentos, que, conseqüentemente, resultou em uma falta de consolidação da indústria brasileira, pôde ser identificada (Espósito, 2017).

Posicionado no espectro diametralmente oposto, a segunda fase do desenvolvimentismo, a associada-dependente, durante a qual se deu a industrialização pesada, foi impulsionada a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Por meio do Plano de Metas, e se utilizando da palavra de ordem “50 anos em 5”, Kubitschek visava transformar a economia brasileira com objetivos de diversas ordens. De fato, durante o período desenvolvimentista empenhado por JK verificou-se um aumento expressivo da indústria em

áreas estratégicas ao desenvolvimento como transformação, extração mineral e energia elétrica, além da instalação de múltiplas filiais de empresas estrangeiras em território nacional. No entanto, a falta de uma definição clara sobre o financiamento dos objetivos por ele estabelecidos resultou em uma forte dependência do capital internacional, que recebeu importantes privilégios no país, e em um endividamento inflacionário. Essa fase caracterizou-se por um desenvolvimento associado-dependente, no qual os centros de decisão da dinâmica de acumulação do âmbito doméstico foram transferidos para o setor externo (Espósito, 2017).

Na década de 1960, o saldo do Plano de Metas foi uma sobreoferta de bens de consumo duráveis, acompanhada de uma carência de investimentos nos setores nos bens intermediários e bens de capital. Os desequilíbrios econômicos que se desdobraram na implementação do Plano de Metas foram intensificados pela reforma cambial promovida por Jânio Quadros em 1961. Adicionalmente, o governo de João Goulart (1961-1964), a fim de conter o processo hiperinflacionário que tomava controle da economia brasileira, implementou medidas econômicas de caráter contracionista, que, associadas à instabilidade econômica tanto internacional quanto doméstica, serviram como pretexto para o golpe militar de 1964 (Espósito, 2017).

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), formulado como uma das primeiras políticas estruturantes do regime ditatorial instaurado em 1964, delimitava objetivos de múltiplas ordens para a retomada da dinamização industrial brasileira. A partir de 1968, o país vivenciou um processo de crescimento acelerado, que se prolongou até 1973 e ficou historicamente conhecido como o "Milagre Econômico". Esse período foi marcado por uma expansão industrial vertiginosa, pautada por um modelo de desenvolvimento baseado no princípio da "solidariedade orgânica" que implicaria na adoção, pelo Estado, de um papel ativo na criação de condições favoráveis à acumulação de capital, garantindo a redução dos custos de produção no território doméstico e, assim, promovendo a maximização de lucros das Empresas Transnacionais (Nunes, 1983, p. 615 *apud* Lima, 2014).

Portanto, ao longo da história da economia brasileira, podem ser verificados alguns ímpetos e surtos industrializantes mas nunca um processo de industrialização nacional independente, que engendre desenvolvimento autônomo nos diversos setores da economia, seja devido à ínfima e limitada faixa industrial que se desenvolveu mas que ainda dependia da importação de bens de capital, seja pela associação dependentista ao capital estrangeiro, que passa a ter controle sobre setores-chave no território nacional. Sendo assim, é pertinente observar que a indústria brasileira não havia ainda desenvolvido pujança na economia

brasileira para que passasse por um processo de desindustrialização de caráter “positivo” como o dos países centrais, de maneira que a desindustrialização brasileira pode ser caracterizada como precoce.

Para complementar a discussão, é importante ressaltar o papel da financeirização econômica como um fenômeno global, que moldou significativamente as políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento do país. A expansão da financeirização, que visava ultrapassar barreiras nacionais, tecnológicas e mercadológicas para reforçar a acumulação de capital, teve início nos Estados Unidos na década de 70 e posteriormente se expandiu ao redor do globo. Esse movimento incentivou a desregulamentação, a desintermediação e a internacionalização financeira em diversos Estados nacionais, incluindo o Brasil nas décadas subsequentes. As ETN, portanto, como explicitado na seção anterior, fizeram um movimento com suas operações intensivas em trabalho, alocando-as em países periféricos em que as condições eram mais favoráveis à acumulação do capital enquanto mantiveram seus processos intensivos em conhecimento no núcleo duro do sistema, os países centrais (Hiratuka; Sarti, 2021). Adicionalmente, o capital externo passou a atuar como mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que, frequentemente, resultam na repatriação de lucros e dividendos para as matrizes das empresas em países centrais. Além disso, essa transferência também ocorre por meio do pagamento de juros e amortizações de dívidas, que exigem que países periféricos destinem parte de seus recursos para credores externos, reforçando o fluxo de riqueza em direção aos países centrais (Carcanholo, 2008).

Nesse contexto, observa-se um aumento significativo nos processos de Fusões e Aquisições (F&A), liderados pelo capital estrangeiro, em uma tentativa de dominar os centros de decisão e dinamização das economias periféricas, visando o controle de setores estratégicos, o que, essencialmente, se traduz em vantagens competitivas. No Brasil, especificamente, podemos verificar os efeitos deletérios da financeirização, principalmente devido a uma herança que favorece a preferência por aplicações no setor financeiro, que oferece maior liquidez, em detrimento de investimentos produtivos, os quais imobilizam capital até que haja o retorno do lucro. Essa preferência gerou obstáculos ao crescimento econômico e à diversificação da pauta produtiva brasileira (Araújo; Bruno; Lavinias, 2017). Adicionalmente, essa dinâmica se desdobra em uma dependência tecnológica que, motivada por fatores intimamente relacionados à condição crônica de periferia do Brasil, também resulta na transferência de valor da periferia para o centro, por meio do pagamento de royalties (Carcanholo, 2008, p.255)

Desde a década de 1980, portanto, é possível verificar, na economia brasileira, uma crescente tendência à financeirização, manifestada principalmente por meio de uma preferência de bancos e empresas por ativos financeiros desvinculados de qualquer tipo de compromisso com inversões futuras no setor produtivo. Indicadores apontam para uma redução nas taxas de crescimento da economia doméstica associada a esse processo de financeirização em um ambiente em que prima a especulação. Ainda, o ímpeto creditício direcionado às famílias, que se intensificou a partir dos anos 2000, também indica um novo desenho de acesso a serviços por meio de uma maneira financeirizada. O processo de financeirização então pinta um quadro em que as elites, mercados e instituições financeiras passam a ter um peso crescente na tomada de decisões quanto às políticas financeiras e monetárias no Brasil (Araújo; Bruno; Lavinias, 2017).

Ainda no que tange aos processos de abertura e flexibilização da economia brasileira frente ao capital estrangeiro, a inserção do Brasil nas CGV revela a posição estruturalmente dependente do país no âmbito do sistema capitalista. Durante a segunda metade do século XX, as políticas de liberalização econômica, como a promoção da liberdade de comércio e a facilitação da recepção de IED, foram amplamente defendidas sob o signo neoliberal como meios para promover o rápido desenvolvimento econômico, principalmente para países da periferia.

No entanto, observou-se que essa abordagem nem sempre resultou em benefícios uniformes para todas as economias periféricas. Embora muitas dessas nações tenham adotado medidas liberalizantes, seus resultados variaram amplamente, mostrando que a simples integração nas CGV não garante automaticamente o desenvolvimento econômico sustentável (Medeiros; Sarti, 2020). Ainda nesse momento histórico-social, como explicitado anteriormente, Empresas Transnacionais passaram a realizar um intenso processo de expansão e internacionalização, principalmente por meio do processo de F&A. Esse empenho de internacionalização produtiva significou uma estratégia deliberada para atingir níveis mais elevados de acumulação, centralização e valorização do capital em escala global (Laplane; Sarti, 2021). Em âmbito nacional, a inserção brasileira nas CGV se deu principalmente por meio da exportação de produtos primários com baixa tecnologia agregada. O esforço de internacionalização das ETN em conjunto com o processo de financeirização nas periferias, significou, na década de 90, a presença gradativamente maior de capital privado estrangeiro em setores estratégicos do Brasil. Nesse contexto, as decisões da esfera política e econômica passaram a ser também manobradas de acordo com os interesses do capital estrangeiro no Brasil, devido ao seu acumulado poder econômico (Medeiros; Sarti, 2020).

“O campo de ação da política econômica cobre todos os terrenos que o capital percorre em seu ciclo e em sua reprodução” (Osorio, 2012, p.72). Isso significa que, por meio dos instrumentos da política econômica, o capital pode ser direcionado para um ciclo mais eficiente, de modo que o processo de acumulação de capital se apoie no aparato jurídico e institucional do Estado, ocorrendo de maneira contínua e sem obstáculos. Além disso, o aparelho estatal, atravessado pelos interesses das divergentes frações de classe que compõem o bloco no poder, se faz indispensável ao funcionamento das ETN no ambiente doméstico. Sendo assim, as ETNs, a partir da 2ª Grande Guerra e se utilizando da institucionalidade respaldada pelas organizações internacionais, adentraram os Estados e, expandindo a lógica neoliberal, facilitaram sua própria acumulação de capital (Sawaya, 2018). Nesse contexto, a habilidade política de negociação do Estado, em consonância com a capacidade produtiva bem como a autonomia da indústria e dos mercados nacionais significam uma margem de manobra e poder de barganha significativos nas relações entre os Estados receptores de IED e as ETN e, por isso, poderiam significar também a conciliação de interesses entre os dois atores (Medeiros; Sarti, 2020).

Desse modo, por meio da política pública nacional adotada pelos países no momento de receber os investimentos e esforços de expansão das Empresas Transnacionais representa diferenças qualitativas nos resultados provenientes dos investimentos estrangeiros recebidos. O posicionamento do Estado, portanto, intimamente conectado aos interesses do bloco no poder dirigente, representou papel crucial, moldando as condições que influenciaram a indústria doméstica e o desenvolvimento econômico do país receptor. Devido a isso, foram observados resultados heterogêneos e assimétricos entre as economias periféricas receptoras de IED. À exemplo, a defesa das empresas nacionais como política econômica adotada constituiu fator determinante para condicionar a inserção das Empresas Transnacionais nas economias periféricas e, em países em que as empresas domésticas foram protegidas a ponto de competir com as transnacionais no mercado doméstico, a inserção tendeu a ser mais favorável para o desenvolvimento e diversificação industrial domésticas, enquanto o oposto também foi observado. Enquanto economias periféricas como Taiwan e Coreia do Sul passaram por uma inserção mais favorável no cenário internacional, países como Brasil e Argentina, por exemplo, enfrentaram dificuldades ao se inserirem no cenário internacional, sendo relegados a posições associadas e dependentes (Laplane; Sarti, 2021).

Conforme explicita a TMD, a inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor (CGV) ocorreu de forma subordinada, caracterizada pelo fornecimento de mão de obra barata e pela exportação de produtos primários, como *commodities*. Essa dependência estrutural de países

periféricos levou o país a uma posição em que sua economia encontra-se fortemente atrelada à dinâmica do mercado internacional, de maneira que o centro de crescimento econômico brasileiro passou a depender da volatilidade dos mercados internacionais, limitando seu potencial de desenvolvimento e industrialização, além de dificultar uma maior diversificação e sofisticação da sua base produtiva.

Como apontam Medeiros e Sarti (2020), o Brasil apresenta uma maior quantidade de recepção de capital estrangeiro do que exportação de capital, de maneira que esse influxo de capital resulta na perda de controle brasileiro sobre os meios de produção. O fenômeno observado pelos autores é chamado desnacionalização. Esta, caracterizada pelo aumento do controle estrangeiro sobre empresas e setores-chave da economia, está intrinsecamente ligada à desindustrialização do país.

Como explicitado anteriormente, o Brasil enfrenta um processo de desindustrialização precoce desde a década de 1990, caracterizado pela falta de consolidação da indústria nacional. A literatura demonstra que esse fenômeno avançou em quantidade considerável na primeira década do século XXI, quando se identificou uma perda de protagonismo da indústria no PIB brasileiro. De acordo com Cano (2012), os principais fatores elencados para explicar a desindustrialização precoce do Brasil são: *Primo*, desde o Plano Real a política de sobrevalorização da taxa de juros básica, favorecendo a financeirização, inibiu o investimento e enfraqueceu a indústria causando o deslocamento para serviços; *Secundo*, as nefastas investidas que desmantelaram os mecanismos de proteção à indústria nacional, especialmente a abertura desregrada para importações iniciada no governo Sarney e intensificada nos governos Collor e FHC.

Hiratuka e Sarti (2017) apontam que o processo de desindustrialização brasileira está associado, ainda, ao estancamento da indústria a partir da década de 1990 bem como à combinação da alta de preços de *commodities* na primeira década do século XXI e à grande entrada de capitais estrangeiros no período de 2005-2011, causando um deslocamento da mão de obra do setor industrial para o setor de serviços. Dessa maneira, o processo de desindustrialização em curso é resultado de fatores diversos, como o crescente fluxo de Investimento Estrangeiro Direto e a instalação de filiais de Empresas Transnacionais no país. Associados, esses fatores contribuíram para um ambiente favorável à preferência por aplicações de capital líquido em detrimento de investimentos na indústria e nas empresas nacionais, delineando assim a diminuição da participação industrial no PIB brasileiro (Hiratuka; Sarti, 2017). Tais fatores, conseqüentemente, manifestam o processo de desindustrialização brasileiro. Morceiro (2012 *apud* Hiratuka; Sarti, 2017), por meio de

levantamento de dados concernentes ao processo de desindustrialização, verificou que nas categorias de alta e média alta intensidade tecnológica houve um aumento da parcela de bens comercializáveis importados, o que pode ser traduzido como um desadensamento da indústria brasileira. Carvalho e Carvalho (2011) indicam que a desindustrialização brasileira pode ser verificada principalmente pelo declínio de exportações de bens manufaturados para o mercado exterior em benefício de bens primários, indicando também uma reprimarização da pauta exportadora.

Comumente denominada "doença holandesa", a reprimarização recebe essa alcunha em referência a um fenômeno observado na Holanda durante a década de 1970, quando foram descobertos significativos recursos naturais, como reservas de gás natural, até então inexplorados. Nos anos subsequentes, a exploração intensiva desses recursos gerou uma mudança relativa na balança comercial holandesa, na qual os bens manufaturados perderam espaço na pauta de exportações em favor dos produtos primários, caracterizando uma reprimarização da pauta exportadora holandesa (Carvalho; Carvalho, 2011). No caso do Brasil, nas últimas duas décadas, é possível observar uma inclinação na composição das exportações, com uma predominância de produtos primários de menor valor agregado em detrimento de produtos manufaturados e, portanto, confirma-se a tendência de reprimarização (Lopes, 2020).

Nesse cenário, o setor primário exportador desponta como um importante dinamizador da economia brasileira, crucial para impulsionar a economia brasileira, não somente pela expressiva quantidade de trabalhadores empregados, mas pela exportação de *commodities*, carro-chefe das exportações brasileiras, que contribui substancialmente para a entrada de divisas no país. Sendo assim, cabe aqui destrinchar a importância do setor primário exportador para as economias dependentes de maneira geral.

De acordo com Germer (2016), as economias periféricas compartilham, historicamente, uma condição estrutural deficitária nas transações correntes de suas balanças de pagamentos. Condição esta explicada pela assimetria competitiva comercial entre países periféricos e países centrais, uma vez que estes últimos dispõem de tecnologias de ponta, resultando em produtos manufaturados que apresentam maior valor agregado. Em contrapartida, os produtos exportados pelos países periféricos, mesmo quando incorporam maior trabalho ou tecnologia, consistem, em sua maioria, em produtos primários e *commodities*, cujos preços são determinados pelo mercado internacional e suscetíveis a flutuações. Portanto, a dependência de exportações de bens de baixo valor agregado, aliada à

dificuldade em gerar superávits comerciais motivada por inúmeros fatores, perpetua a condição de déficit nas balanças de pagamentos das economias periféricas.

Nesse íterim, as elites primário-exportadoras, frequentemente participantes dos diferentes blocos no poder dos países periféricos, despontam como importantes dinamizadores das economias domésticas, justamente porque, de acordo com suas atividades, o Estado, cronicamente deficitário em conta corrente, encontra no setor uma fonte crucial de entrada e fluidez de divisas internacionais. Como explicitado ao longo deste trabalho, o setor primário exportador representou, ao longo da história econômica contemporânea do Brasil, um importante agente nas políticas econômicas e no direcionamento das dinâmicas domésticas. Representando, então, um dos motores da economia, subentende-se que a estrutura produtiva e industrial nacional deve ser capaz de suprir as demandas do setor primário exportador em termos de meios de produção.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Como afirmado anteriormente, o presente estudo adota uma abordagem quantitativa para investigar o impacto da desindustrialização na dinâmica econômica do Brasil. Por meio da análise de dados numéricos de importação de meios de produção do setor aqui tratado e da utilização de instrumentos estatísticos, esta seção buscou identificar as tendências e padrões que elucidem em que medida a desindustrialização brasileira influenciou o funcionamento dos setores primário-exportador. Esta abordagem quantitativa permite uma análise sistemática dos dados, fornecendo uma compreensão mais abrangente do fenômeno em questão.

3. 1. ComexStat

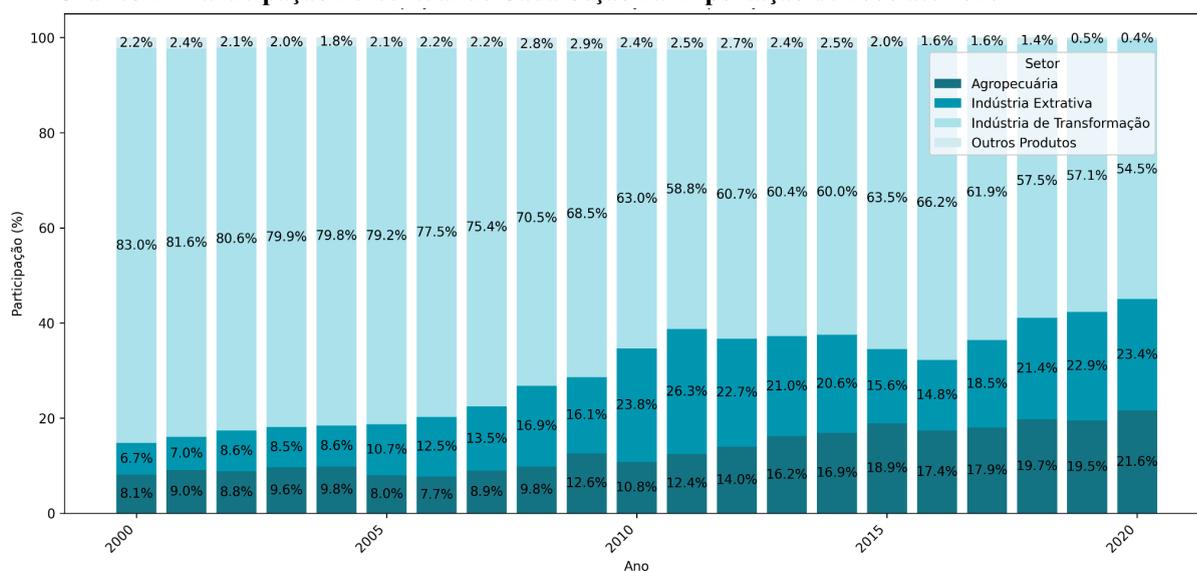
Para a análise preliminar dos dados deste estudo, foram selecionadas duas planilhas específicas na plataforma “ComexStat”, que é o acervo oficial do Governo Brasileiro para informações sobre o comércio exterior. A escolha dessas planilhas se baseou na necessidade de realizar uma análise abrangente da participação do setor e, conseqüentemente, de suas atividades na atuação no comércio exterior por meio de processos de exportação e importação do Brasil ao longo dos anos. Os setores de interesse foram identificados e selecionados utilizando a função de filtro por “Seção ISIC” disponível na plataforma.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em seções é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que se baseia na quarta versão da *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC Rev.4). Sendo assim, foram escolhidas todas as atividades em nível de Seção, de acordo com a

classificação padronizada: Seção A - “Agricultura”, que abrange atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura; Seção B - “Indústria Extrativa”, que compreende a extração de minerais e outras atividades correlatas; Seção C - “Indústria de Transformação”, que envolve a produção industrial e a transformação de matérias-primas em produtos acabados; e Seção D - Outros, que inclui atividades que não se encaixam nas classificações anteriores, mas que ainda são relevantes para compreender a tendência de importações e exportações brasileiras. Sendo assim, as seções representativas do setor primário-exportador são as seções A e B.

Os gráficos a seguir foram criados a partir destas planilhas, cujos dados são referentes aos valores totais de valor FOB² em dólares exportados ou importados pelas atividades analisadas. Foram realizados, por meio da plataforma *VSCode* e utilizando a linguagem de programação *Python*, cálculos preliminares para mensurar a porcentagem de participação de cada uma das atividades nos respectivos totais das exportações e importações.

Gráfico 1 - Participação Percentual de Cada Seção na Exportação de 2000 até 2020



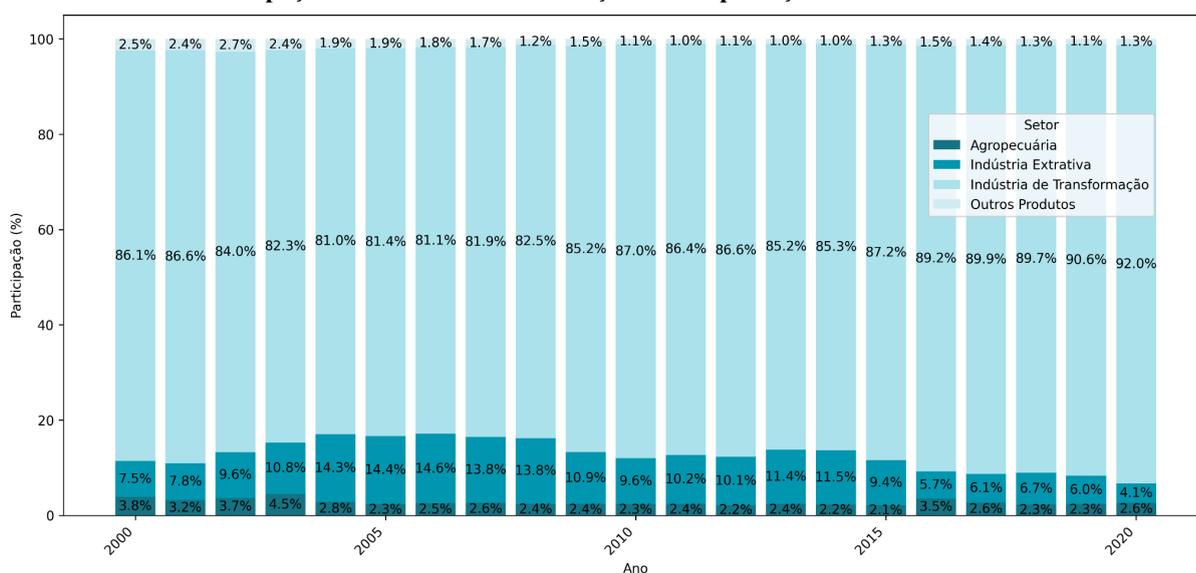
Fonte: Elaboração própria, 2024.

O Gráfico 1, referente às exportações, traz a série histórica da participação de cada uma das Seções nas exportações brasileiras. O destaque aqui é para os produtos da Indústria de Transformação, que, ao longo dos anos, permaneceu com maior participação percentual nas exportações brasileiras, mantendo porcentagem de participação sempre acima de 50%, ou seja, pelo menos metade dos produtos brasileiros exportados advinham da Indústria de Transformação brasileira, com destaque para o período de 2000 até 2009. A Indústria de

² O termo "FOB" refere-se ao INCOTERM comumente utilizado nas transações internacionais brasileiras, sigla para "Free on Board", que descreve um acordo onde o vendedor é responsável por todos os custos e riscos até que a mercadoria esteja a bordo do navio, sendo o comprador responsável a partir desse ponto.

Transformação é um setor da economia que abrange todas as atividades que envolvem a transformação de matérias-primas em produtos acabados ou semiacabados, como produtos metalúrgicos, processados ou têxteis. Os produtos do setor primário-exportador, no entanto, exemplificados pelas seções “Agropecuária” e “Indústria Extrativa”, apesar de representarem parcela significativamente menor do que a parcela referente à “Indústria de Transformação” passaram por um gradual processo de expansão da sua participação nas vendas externas brasileiras. No ano 2000, a soma dos setores primário-exportadores representou apenas 14,8%. Contudo, em 2020, as exportações primárias corresponderam a 45% do total vendido pelo Brasil ao resto do mundo. É a isto que Filgueiras (2013; 2017) se refere quando argumenta que a economia brasileira passou por um processo de reprimarização da sua pauta comercial.

Gráfico 2 - Participação Percentual de Cada Seção nas Importações de 2000 até 2020



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 2, referente às importações, os produtos que tiveram maior participação na série histórica foram os produzidos pela Indústria de Transformação, mantendo certa estabilidade enquanto maior participante, além de apresentarem um crescimento relativo em sua parcela, apesar de leves oscilações referentes à tal fatia. Já os produtos do setor primário-exportador estrangeiro, ao longo da série histórica, embora tenham demonstrado um crescimento relativo na primeira década do século, de modo geral, tiveram uma redução na participação nas importações brasileiras. Esse conjunto de dados sugere uma expansão da atuação do setor primário e uma consolidação de seu mercado interno, além de evidenciar uma dificuldade da Indústria de Transformação brasileira de competir com a estrangeira, seja por questões de custos de produção ou acesso a tecnologias. Esses fatores em conjunto

sugerem uma dependência brasileira em geral da importação de produtos manufaturados e da exportação de bens primários, em linha com a literatura sobre a reprimarização da balança comercial do país e com a literatura acerca do processo de desindustrialização brasileiro.

3. 2. Matrizes de Insumo Produto e Matrizes de Absorção de Investimento

Foram coletados os dados acerca das importações realizadas pelo setor primário-exportador brasileiro e dados que versam sobre a absorção de investimentos nas diferentes atividades dos setores da economia brasileira. Essas informações estão contidas nas Matrizes de Insumo-Produto (MIPs) e nas Matrizes de Absorção de Investimento (MAIs) produzidas pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ).

De acordo com sua nota metodológica, o objetivo de Alves-Passoni e Freitas (2022) é comparar diferentes métodos de deflacionar as Matrizes Insumo-Produto divulgadas pelo Sistema de Contas Nacional (SCN) em unidades monetárias. Essa matriz, proposta ainda na década de 1940, é atualmente bastante difundida e utilizada por ser um importante instrumento para compreender, analisar e prever a tendência do fluxo de bens e serviços em determinado universo econômico (Carvalho, 2012). As MIPs divulgadas pelo SNC são, portanto, essenciais para a análise da estrutura produtiva do Brasil, permitindo uma visão detalhada das interações entre diferentes setores da economia. Entretanto, como as MIPs são divulgadas em valores monetários sujeitos à variação de preços ao longo do tempo, é necessário deflacioná-las para obter uma análise precisa. Além disso, a divulgação oficial realizada pelo IBGE só ocorre a cada 5 anos, a última tendo sido divulgada em 2017, com dados referentes ao ano de 2015. Para os fins da presente análise, optou-se por utilizar as MIPs estimadas pelo GIC deflacionadas por Unidades Totais, uma escolha fundamentada na necessidade de manter a coerência temporal e a comparabilidade dos dados, considerando as variações de preços ao longo dos anos.

Com os valores brutos extraídos dessas tabelas, foram criados quatro gráficos distintos, cada um representando cada uma das atividades primárias analisadas. Esses gráficos apresentam a série histórica dos usos de produtos, tanto nacionais quanto importados, assim como o valor total combinado de ambos. Dessa forma, foi possível facilitar a visualização da participação e da proporção de compras que cada atividade possui ao longo do tempo, oferecendo uma visão clara de como o setor se posiciona em relação ao consumo de produtos nacionais e importados.

Ainda, foram utilizadas as planilhas referentes às MAIs trabalhadas por Miguez e Freitas (2022), do GIC/IE-UFRJ. As MAIs são estruturas criadas a partir de dados do Sistema de Contas Nacional e desagregam dados da Formação Bruta de Capital Fixo pela demanda das atividades. Sendo assim, as planilhas das MAIs trazem informações acerca das quantidades e tipos de bens de capital demandados pelas diferentes atividades da economia brasileira. Cabe destacar que, na planilha referente às MAIs, as atividades de “Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal” e “Pecuária e Pesca” estão separadas, sendo consideradas portanto, como duas colunas distintas, diferentemente das MIPs, onde ambas atividades estão agregadas.

Ainda, a fim de obter uma visão mais aprofundada sobre o uso de produtos manufaturados importados *versus* o uso de manufaturados nacionais por atividades do setor primário-exportador foi realizado um tratamento das planilhas MIPs, categorizando os produtos em diferentes classificações, de acordo com as atividades econômicas responsáveis pela produção dos insumos analisados. Dessa forma, os produtos foram agrupados em diferentes categorias e a única relevante para este trabalho é a denominada "INDÚSTRIA", que agrega os produtos manufaturados em qualquer nível. Após essa categorização, utilizando a linguagem de programação Python e realizando variados testes de confiabilidade, foi possível criar gráficos de empilhamento que representam a série histórica do uso de produtos industriais importados *versus* o uso de produtos industriais nacionais, em porcentagem, para cada uma das atividades do setor primário-exportador.

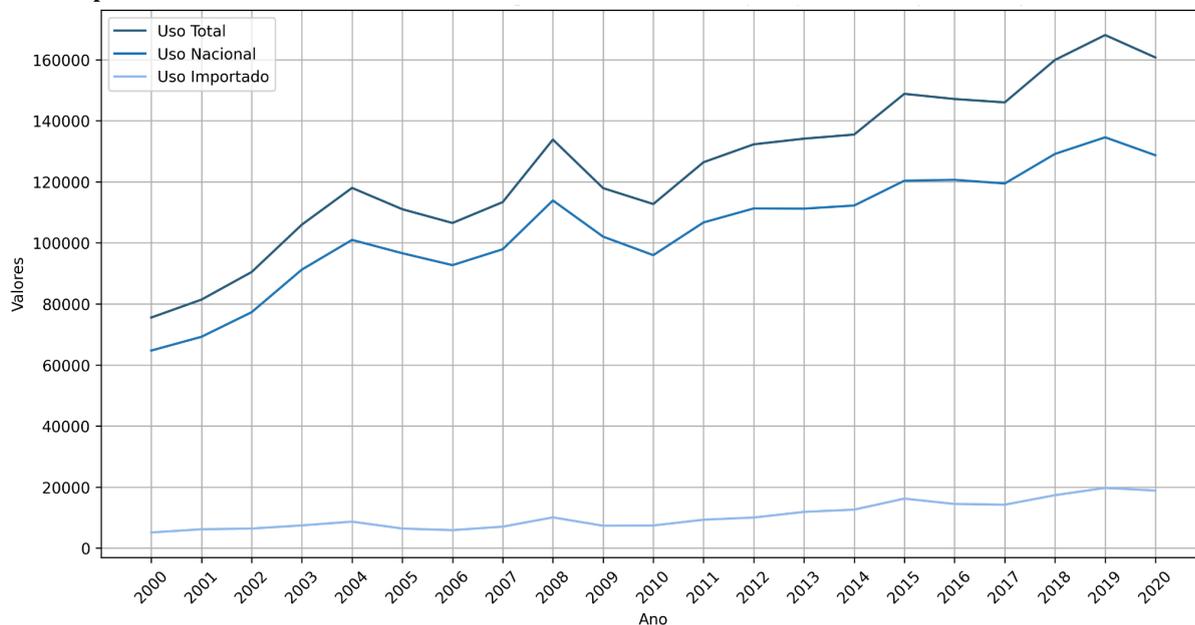
Da mesma forma, foi feita a escolha metodológica de categorizar os produtos das planilhas MAIs disponíveis em sete grandes classificações, similares às utilizadas nas planilhas referentes às MIPs e, para fins da análise aqui tratada, foram utilizados apenas os insumos categorizados como “INDÚSTRIA”.

3. 2. 1. Atividade: Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal, Pecuária e Pesca

Nesta seção, estão reunidos e apresentados os gráficos gerados a partir dos dados que tratam da atuação da atividade econômica denominada “Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca”, que, conforme diferentes abordagens ou classificações, pode aparecer subdividida em “Agricultura, silvicultura e exploração florestal” e “Pecuária e pesca”, ou ser aglutinada, como demonstrado no gráfico a seguir. A partir dos dados das Matrizes de Insumo Produto, foi possível elaborar o gráfico a seguir, que representa a série histórica dos gastos da atividade relacionados à aquisição de insumos (industriais e não-industriais) do mercado nacional e do mercado estrangeiro. Esse gráfico cobre o período

de 2000 a 2020 e mostra os valores totais de produtos importados, produtos nacionais e o somatório de ambos, com a unidade de medida em R\$1.000.000,00 (a preços de 2010).

Gráfico 3 - Série Histórica da Atividade: Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca

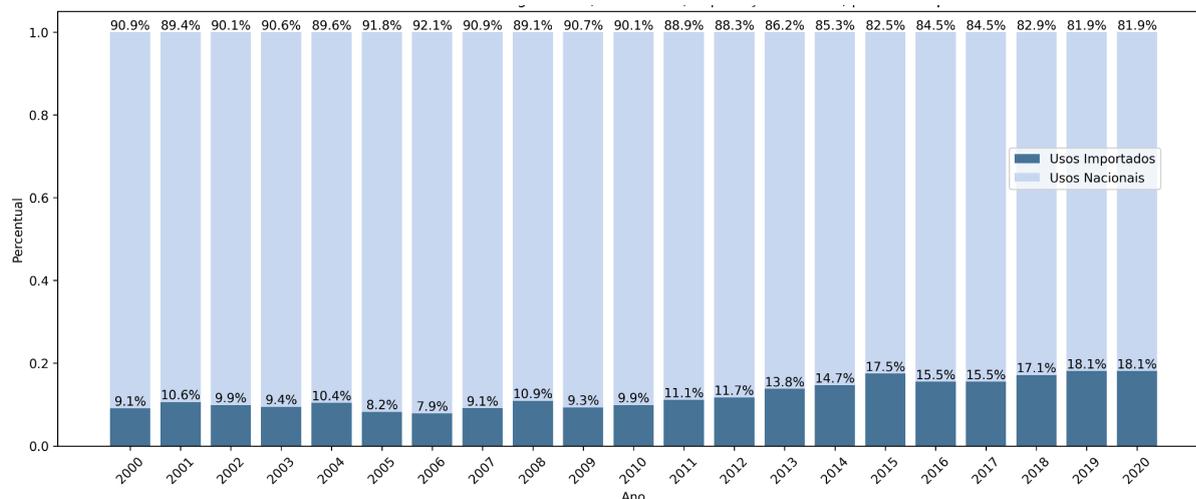


Fonte: Elaboração própria, 2024.

É possível verificar, por meio do Gráfico 3, que a atividade "Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca" demonstra uma clara prevalência no uso de produtos provenientes do mercado nacional em relação aos produtos importados. Observa-se que, nos anos de 2004 e 2008, ocorreu um aumento significativo tanto nos valores relacionados aos produtos de origem nacional quanto nos de produtos importados, sugerindo que internamente houve mudanças no funcionamento da atividade. Tais mudanças podem ter sido provocadas por fatores como políticas econômicas de incentivo à produção agrícola e pecuária nacional, resultando em uma expansão da atividade.

O seguinte gráfico foi construído com base na categorização das Matrizes de Insumo-Produto, utilizando como referência os insumos industriais empregados pela atividade "Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca". A análise levou em consideração apenas a aquisição de produtos industriais, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. A partir desses dados, foi possível calcular e representar graficamente as porcentagens relativas à participação dos produtos importados e dos produtos nacionais no total de insumos adquiridos pela atividade no período de 2000 até 2020.

Gráfico 4 - Série Histórica de Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca

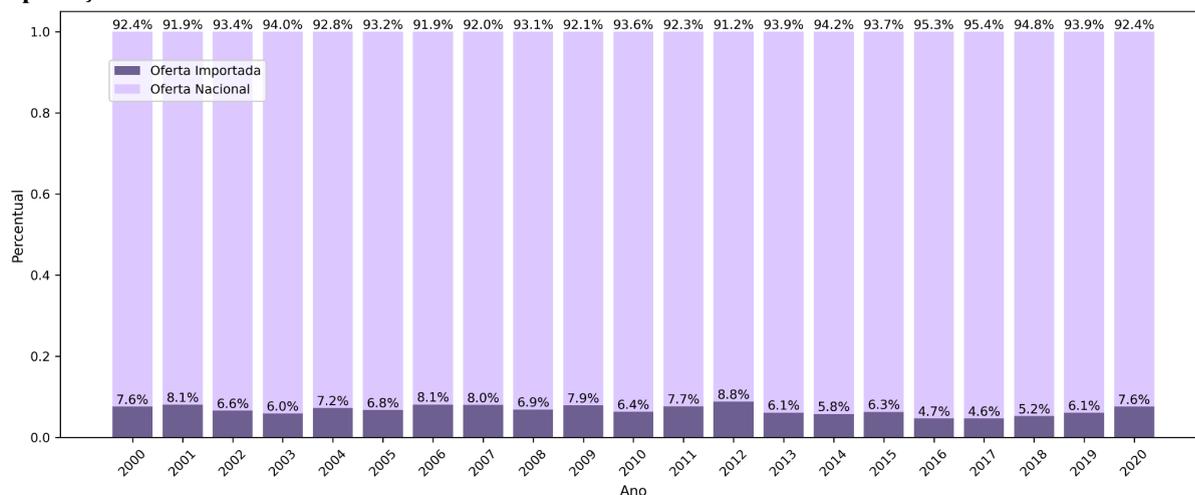


Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 4, é possível observar que os dois tipos de produtos industriais, tanto os importados quanto os nacionais, apresentam variações significativas ao longo da série histórica, com momentos de crescimento e queda ocorrendo em diferentes proporções. Ao longo da segunda década do século XXI, de 2010 a 2020, os produtos importados passaram a ocupar uma fatia maior do orçamento destinado à compra de insumos industriais pela atividade "Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca". A média de participação dos produtos importados no total de insumos industriais adquiridos pela atividade aumentou consideravelmente, passando de 10,4%, no período de 2000 a 2010, para 15,3%, entre 2010 e 2020. Nos últimos cinco anos da série, os percentuais se mantiveram acima da média, com o menor valor observado em 2016, de 15,5%, e o maior valor registrado em 2019, de 18,1%. Portanto, ao longo da década, a compra de insumos industriais importados pela atividade aumentou, dando indícios de que, para esta atividade, a indústria doméstica perdeu importância relativa no fomento à sua produção.

A seguir, os gráficos 5 e 6, gerados a partir das MAIs demonstram a aquisição de bens de capital industriais pelas atividades da "Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal" e da "Pecuária e Pesca", em separado. Ao longo da série histórica, que abrange o período de 2000 a 2020, esses gráficos representam, em porcentagens, a participação de bens de capital provenientes tanto do mercado internacional quanto do mercado nacional.

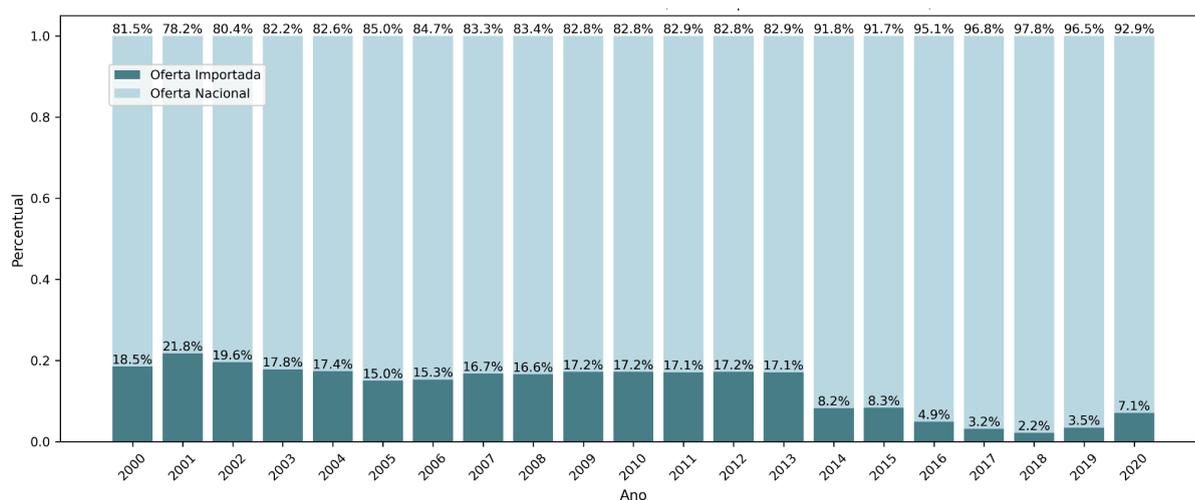
Gráfico 5 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Agricultura, silvicultura, exploração florestal



Fonte: Elaboração própria, 2024.

No Gráfico 5, a oferta importada de bens de capital permanece relativamente estável, variando entre 4% e 9% ao longo do período de referência, enquanto a oferta nacional flutua entre 91% e 96%. O conjunto de dados não revela mudanças muito significativas quanto à absorção de bens de capital para a atividade “Agricultura, silvicultura e exploração florestal”. Sendo assim, verifica-se que a absorção de bens de capital nacionais teve uma participação mais pujante em relação à absorção de bens provenientes da economia estrangeira ao longo da série histórica.

Gráfico 6 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Pecuária e Pesca



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A atividade de “Pecuária e Pesca” apresenta variação na participação percentual da oferta importada de bens de capital em relação ao total. Na primeira década do século, a oferta importada mantém valores de duas casas decimais, com uma média de 17,5% e, no período

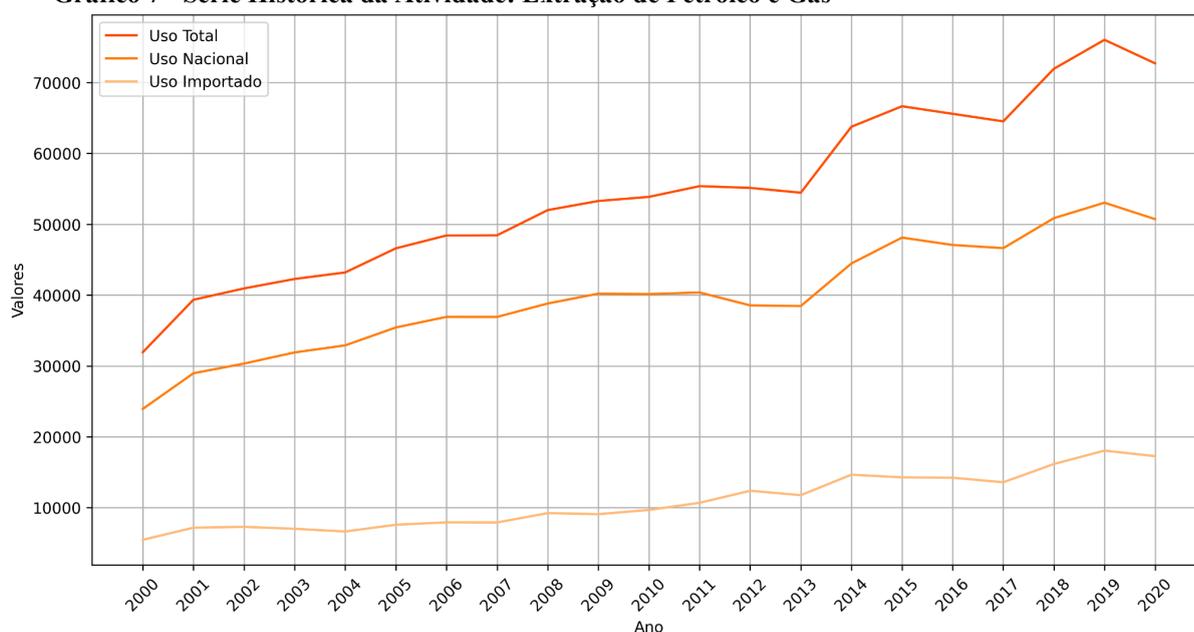
entre 2010 até 2020, a média da participação, em porcentagem, é de 8,8%. A participação dos bens de capital estrangeiros na absorção de investimentos pela atividade apresentou uma diminuição, com valores saindo de 18,5%, em 2000, e chegando a 7,1%, em 2020. Dessa maneira, os dados indicam uma diminuição da absorção de bens de capital estrangeiros pela atividade frente a uma pujante participação de produtos nacionais.

Sendo assim, a atividade “Agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca” apresentou, no que se refere à importação de insumos industriais, uma relativa perda de relevância da indústria nacional para a continuidade de seus processos produtivos. No que tange à absorção de bens de capital, a atividade “Agricultura, silvicultura, exploração florestal” não demonstra indícios de que o processo de desnacionalização da produtividade e a desindustrialização da economia brasileira tenham impactado significativamente sua performance. Quanto à atividade “Pecuária e pesca”, a redução na absorção de bens de capital estrangeiros evidencia, ao longo do período analisado, um aumento na importância do capital nacional.

3. 2. 2. Atividade: Extração de Petróleo e Gás

Na presente seção, estão reunidos os gráficos referentes à atuação da atividade “Extração de Petróleo e Gás”. A partir de dados das planilhas referentes às MIPs, foi possível gerar o seguinte gráfico acerca do uso de insumos, industriais e não industriais, provenientes do mercado exterior e do mercado nacional pela atividade em questão.

Gráfico 7 - Série Histórica da Atividade: Extração de Petróleo e Gás

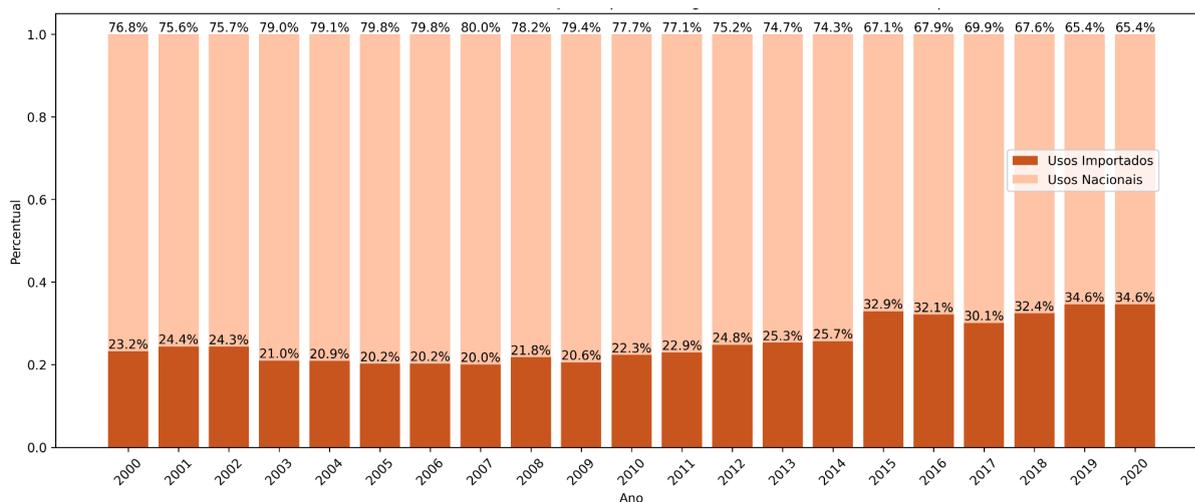


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Seguindo a tendência observada nas atividades relacionadas à agricultura, de acordo com o Gráfico 7, os valores gastos com insumos importados representam uma parcela menor, mas relevante, dos valores totais gastos pela atividade de “Extração de Petróleo e Gás”. No ano de 2013, observa-se uma queda moderada nos valores, seguida por uma breve recuperação nos dois anos subsequentes. O fenômeno se repete no ano de 2017, contando com uma leve queda seguida de uma recuperação dos valores. Em linhas gerais, a atividade mantém a tendência de aquisição proveniente principalmente do mercado doméstico.

O gráfico a seguir foi gerado a partir da categorização dos valores encontrados nas planilhas referentes às MIPs e, portanto, em dados percentuais, versa sobre a aquisição de insumos industriais provenientes do mercado externo bem como sobre a aquisição de produtos industriais advindos do mercado doméstico pela atividade aqui tratada, “Extração de Petróleo e Gás”.

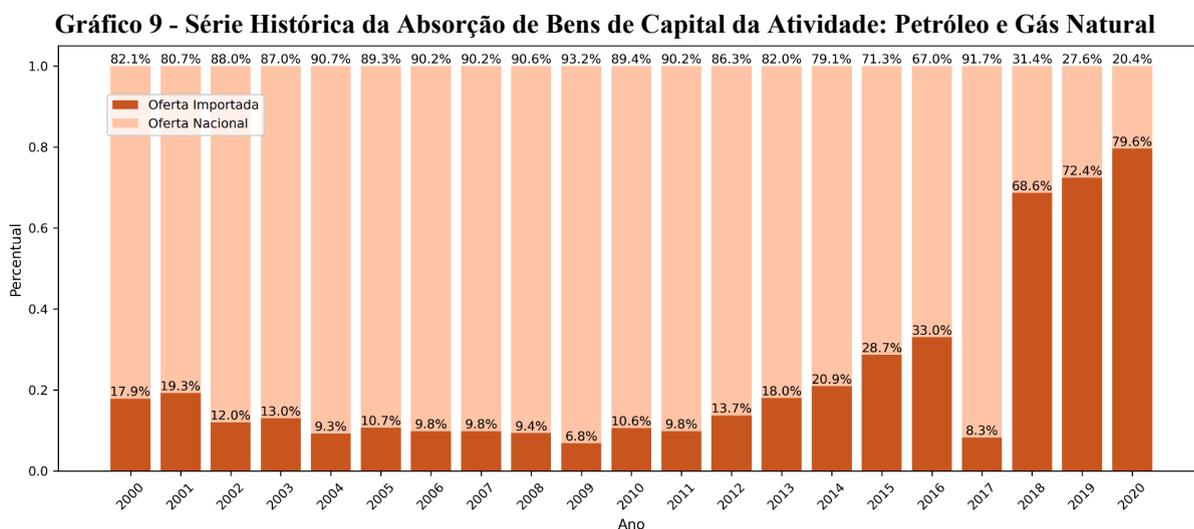
Gráfico 8 - Série Histórica de Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Extração de Petróleo e Gás



Fonte: Elaboração própria, 2024.

De acordo com os dados acerca da aquisição de insumos industriais pela atividade “Extração de Petróleo e Gás”, é possível verificar variações relativas quanto à proporção de aquisição de produtos nacionais *versus* importados. Na primeira década da série histórica, houve leves oscilações quanto à proporção aqui analisada enquanto na segunda década do período, principalmente a partir do ano de 2015, verifica-se a expansão da aquisição de insumos provenientes do mercado estrangeiro pela atividade. Portanto, o conjunto de dados indica uma relativa perda de relevância da indústria nacional para a atividade econômica.

A seguir, o Gráfico 9, gerado a partir dos dados extraídos das MAIs, representa graficamente em dados percentuais a série histórica da absorção dos bens de capital estrangeiros em relação aos bens de capital nacionais, de 2000 a 2020, utilizados pela atividade “Extração de Petróleo e Gás”.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 9, a atividade registra, na primeira década da série histórica, uma significativa variação na proporção entre oferta de bens de capital importados e nacionais. Em 2000, a participação da oferta importada foi de 17,9% enquanto em 2009 esse percentual foi reduzido para 6,8%. Sendo assim, observa-se nessa primeira década uma diminuição da participação dos bens de capital importados. A partir de 2011, contudo, a tendência contrária apresenta-se no conjunto de dados e, no ano de 2013, a oferta importada atingiu 18%, ultrapassando a até então maior marca de absorção da oferta pela atividade. A partir desse ponto, a participação da oferta importada passou a ocupar uma maior fatia da absorção de bens de capital pela atividade, enquanto a oferta nacional recuou proporcionalmente. Pontualmente, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a oferta importada superou a nacional e representou a maior fatia da absorção de bens de capital pela atividade, delineando um cenário em que o centro decisório relativo à atuação da referida atividade sofreu um deslocamento para o setor externo. Notadamente, o ano de 2017 apresenta um comportamento atípico, mas que, explicá-lo em detalhe, fugiria dos objetivos do presente trabalho.

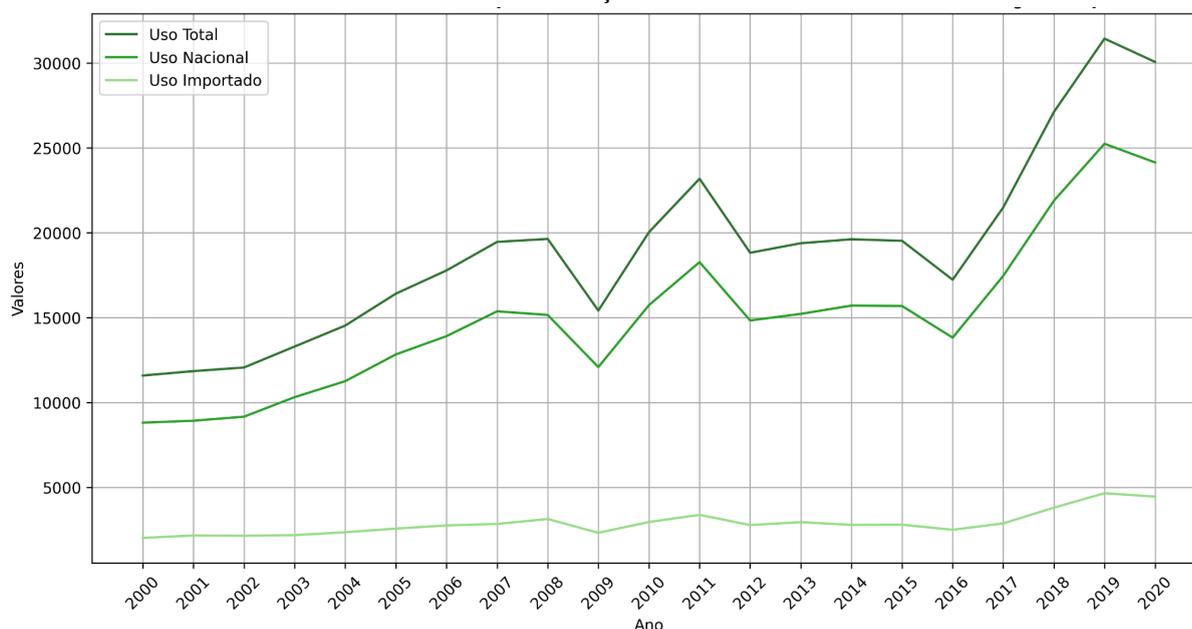
Sendo assim, em menor grau quanto à aquisição de insumos estrangeiros e apresentando maior robustez quanto à absorção de bens de capital, é possível identificar na

atividade de 'Extração de petróleo e gás natural' uma tendência crescente de dependência do setor externo para a continuidade de seus processos, delineada ao longo dos últimos anos.

3. 2. 3. Atividade: Extração de Minério de Ferro

O gráfico a seguir apresenta a diferença entre os valores totais dos insumos adquiridos pela atividade "Extração de Minério de Ferro", sem qualquer categorização ou distinção quanto ao tipo de produto.

Gráfico 10 - Série Histórica da Atividade: Extração de Minério de Ferro

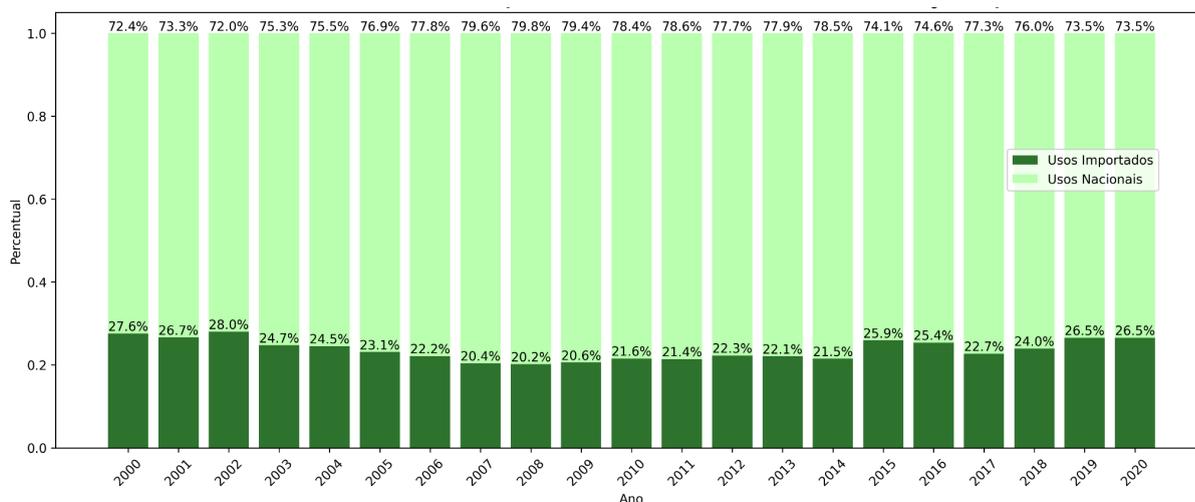


Fonte: Elaboração própria, 2024.

Quanto às atividades extrativas de minério de ferro, observou-se que, de maneira similar às atividades mencionadas anteriormente, ao longo da série histórica os produtos provenientes do mercado nacional predominaram em relação aos importados. Os produtos importados mantiveram-se em um fluxo consistente, alinhado ao uso geral de produtos, mesmo que de maneira moderada, sugerindo que quaisquer mudanças ou impactos que ocorreram, foram no funcionamento interno do setor. Se houvesse alterações significativas no mercado externo, como variações no câmbio, essas mudanças teriam se refletido no uso de produtos importados de maneira diferente ao uso de insumos nacionais, o que não foi observado.

Conforme explicitado anteriormente, o gráfico a seguir foi gerado a partir da categorização dos valores encontrados nas planilhas referentes às MIPs e versa sobre o uso de insumos industriais provenientes tanto do mercado internacional quanto do mercado doméstico pela atividade "Extração de Minério de Ferro".

Gráfico 11 - Série Histórica da Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Extração de minério de ferro

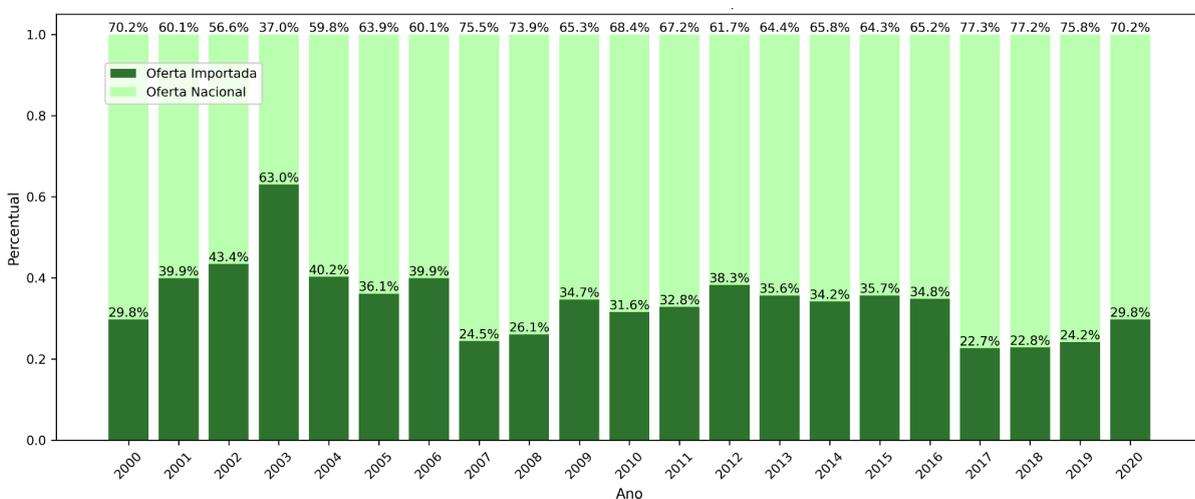


Fonte: Elaboração própria, 2024.

No período analisado, conforme o Gráfico 11 apresenta, a referida atividade registrou uma proporção relativamente estável entre insumos importados e nacionais. As parcelas de produtos manufaturados adquiridos de fora, no início da série histórica, correspondiam a 27,6% das aquisições da atividade em 2000 e essa participação reduziu-se moderadamente para 21,6%, em 2010, indicando uma leve queda nas importações de manufaturados. Na década seguinte, entretanto, as importações recuperaram sua participação anterior, encerrando a série histórica em 2020 com 26,5%.

A seguir, o gráfico apresenta a série histórica, em porcentagem, da absorção de bens de capital tanto estrangeiros quanto nacionais pela atividade “Extração de minério de ferro”.

Gráfico 12 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Extração de Minério de Ferro



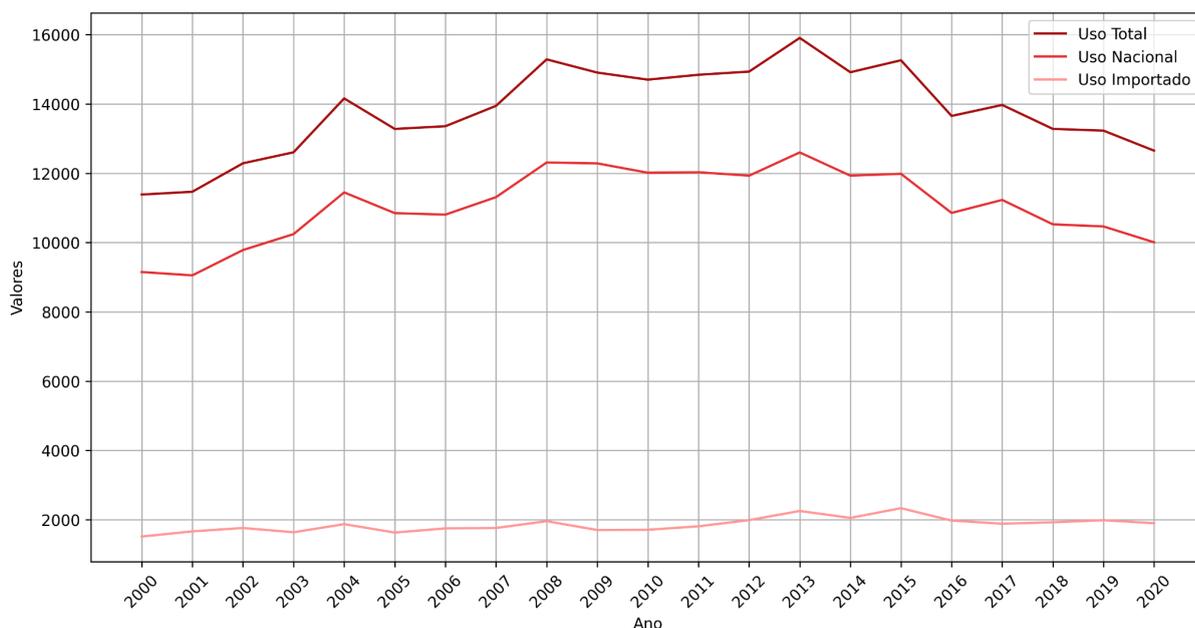
Fonte: Elaboração própria, 2024.

A atividade “Extração de minério de ferro” apresentou variações significativas entre a oferta de bens de capital nacionais e importados ao longo da série histórica, embora os valores no início e no final do período analisado sejam iguais. Durante a primeira década do século, a diferença entre os dois tipos de oferta foi particularmente acentuada, de maneira que, em anos como 2000 e 2003, por exemplo, os valores da oferta de produtos importados saíram de 29,8% para 63%, respectivamente. Isso significa que, nesses mesmos anos, a oferta nacional de bens de capital usados pela referida atividade respondeu por 70,2%, em 2000, e caiu para 37%, em 2003, indicando preponderância dos bens de capital estrangeiros. Na segunda década da série, os valores da oferta importada retornam aos níveis observados no início do período analisado. Durante os anos de 2017, 2018 e 2019, esses valores atingiram seus pontos mais baixos, representando as menores participações de toda a série, indicando que a oferta nacional de bens de capital recuperou a importância relativa para a atividade.

Sendo assim, o conjunto de dados referente à atividade “Extração de minério de ferro” não sugere uma dependência acentuada do setor externo, considerando que a aquisição de manufaturados importados apresentou leve queda no período analisado, e a absorção de bens de capital estrangeiros manteve-se estável. Contudo, é possível delinear um certo grau de dependência, uma vez que a atuação do setor externo permaneceu constante ao longo da série histórica.

3. 2. 4. Atividade: Outros da Indústria Extrativa

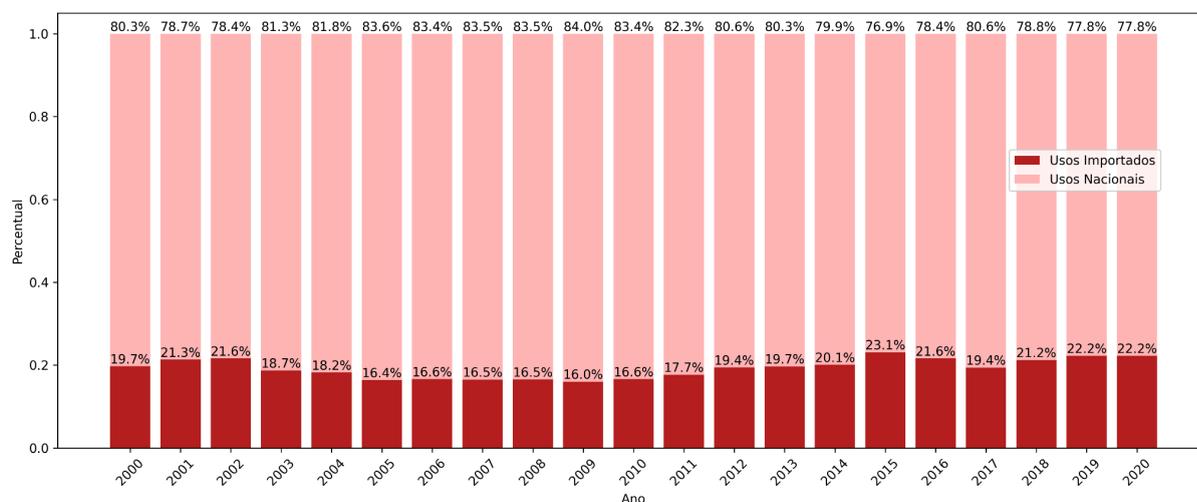
Nesta seção, são apresentados os gráficos que retratam a atuação da atividade “Outros da Indústria Extrativa”, abrangendo, entre outras, a extração de minerais não-metálicos, como exemplo. O gráfico a seguir ilustra os insumos adquiridos por essa atividade ao longo do período delimitado, sem qualquer categorização específica ou distinção quanto ao tipo de produto, oferecendo uma visão geral da dinâmica de aquisições durante o recorte temporal analisado.

Gráfico 13 - Série Histórica da Atividade: Outros da Indústria Extrativa

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Em relação às importações da atividade “Outros da indústria extrativa”, observa-se a mesma tendência verificada nas outras atividades, onde os produtos importados possuem menor participação nas aquisições de insumos pela atividade quando comparados aos produtos do mercado nacional adquiridos pela atividade.

O gráfico a seguir foi gerado com o uso dos dados categorizados das MIPs, portanto, representa a série histórica da diferença percentual entre a aquisição de produtos industriais provenientes do mercado exterior e de insumos industriais provenientes do mercado nacional.

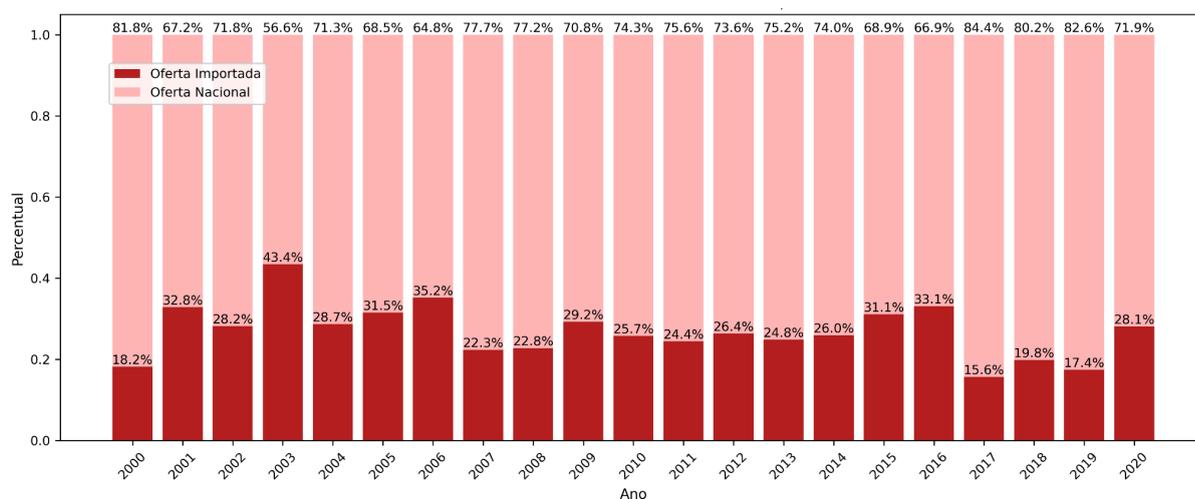
Gráfico 14 - Série Histórica da Aquisição de Insumos Industriais da Atividade: Outros da Indústria Extrativa

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No que concerne à atividade econômica “Outros da indústria extrativa”, ao longo do recorte temporal dos dados coletados, não houve grandes mudanças na distribuição das parcelas de aquisição de insumos industriais, seja de insumos importados ou nacionais. Sendo assim, a série histórica se inicia em 2000, marcando 19,3% de uso importado e 80,3% de uso nacional, e finaliza em 2020, com 22,2% de produtos internacionais e 77,8% de produtos provenientes do mercado nacional, indicando um leve aumento da parcela de bens importados pela atividade. Os dados sugerem, portanto, que o setor externo tem relevância na atuação da atividade já que, apesar da leve expansão verificada, a importação de produtos manufaturados do mercado internacional se mantém ao longo de toda a série histórica.

A seguir, o gráfico foi gerado com o uso dos dados categorizados das MAIs, portanto, demonstra uma representação da diferença, ao longo do recorte temporal aqui delimitado, entre a absorção de bens de capital estrangeiros e a absorção de bens de capital nacionais.

Gráfico 15 - Série Histórica da Absorção de Bens de Capital da Atividade: Outros da Indústria Extrativa



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Para a atividade “Outros da indústria extrativa”, componente do setor primário, verifica-se uma alta variação percentual da participação da oferta importada em relação ao total. De maneira geral, a oferta importada passa por um processo de expansão ao longo da série histórica, representando em 2000 18,2% do total de absorção da atividade e 28,1% no ano de 2020.

Desse modo, o conjunto de dados sobre a atividade “Outros da indústria extrativa”, ao demonstrar a leve expansão da importação de insumos industriais bem como a leve expansão da absorção de bens de capital estrangeiros, pinta um cenário de dependência do setor externo porque, apesar dos valores moderados representativos do setor externo, demonstra também a

constância de sua atuação na atividade econômica, evidenciando a importância do setor para a continuidade da atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta de pesquisa do presente estudo acerca da relação de possível dependência do setor primário-exportador quanto às importações de bens de capital e de insumos no período de 2000 até 2022, foi possível verificar, a partir da análise dos dados coletados, que o setor apresentou de fato uma expansão da aquisição de meios de produção industriais advindos do mercado exterior ou, ao menos, uma manutenção do volume de importações. Este fato fica exemplificado ao considerarmos os valores do início e do fim da série histórica nos gráficos que abordam a aquisição de insumos industriais pelas atividades “Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal, Pecuária e Pesca, “Extração de Petróleo e Gás” e “Outros da Indústria Extrativa”, Gráficos 4, 8 e 14 respectivamente. Quanto à atividade “Extração de Minério de Ferro”, como exemplifica o Gráfico 11, verifica-se uma diminuição da participação dos produtos industriais importados na matriz aquisitiva da atividade, sendo a única a apresentar tal tendência. Sendo assim, a partir do arcabouço epistêmico fornecido pela TMD, os resultados obtidos delineiam e reforçam, entre outros aspectos tratados pela teoria, o conceito de trocas desiguais, mecanismo de transferência de riquezas das periferias em direção aos países do centro, que pauta a dinâmica dos intercâmbios comerciais entre as economias.

Ainda, ao considerarmos os dados referentes à absorção de bens de capital, é possível constatar, apesar das oscilações ao longo da série histórica, que a atividade de “Pecuária e pesca”, conforme elucidado no Gráfico 6, apresentou um aumento exponencial da absorção de bens de capital provenientes do mercado nacional e, portanto, uma queda considerável na absorção de bens de capital estrangeiros. No que tange às atividades “Agricultura, Silvicultura e exploração florestal” e “Minério de ferro”, de acordo com os Gráficos 5 e 12, foi constatada, apesar das variações no recorte temporal dos dados coletados, uma manutenção dos valores iniciais de absorção de bens de capital estrangeiros. Outrossim, constatou-se uma expansão moderada na absorção de bens de capital estrangeiros na atividade “Outros da indústria extrativa”, conforme indicado no Gráfico 15, evidenciando o aumento gradativo e consistente no aporte de capital externo nesse segmento. Ademais, verificou-se uma expansão aguda na atividade “Extração de Petróleo e gás natural”, onde os vultosos investimentos estrangeiros ultrapassam a marca de 60% do total de capital absorvidos pela atividade nos últimos três anos da série histórica.

Sendo assim, a partir da análise de dados aqui realizada e com base no aporte teórico oferecido pela TMD, deduz-se que, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI - período referente ao aprofundamento do processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil desde a década de 90 - as importações de produtos manufaturados pelas atividades do setor primário-exportador revelam, de fato, certo grau de dependência. Tal dependência, no entanto, não se traduz em um aumento exponencial das importações, mas em uma relativa constância de tais valores ao longo da série histórica. Esse comportamento pode sugerir que, à indústria nacional falta robustez de desenvolvimento bem como capacidade de produção de determinados manufaturados, o que resulta na necessidade de importação desses itens ao longo de todo o período analisado, evidenciando a incompatibilidade entre a demanda do setor e a capacidade da indústria nacional de fornecer tais produtos.

Ademais, ao longo período temporal que constitui a presente análise, com base nos dados obtidos, não se observa uma relação de dependência do capital externo nas atividades de “Pecuária e Pesca”, “Agricultura, Silvicultura e exploração florestal” e “Extração de Minério de ferro”, uma vez que a proporção entre a absorção de bens de capital estrangeiros e nacionais não apresentou variações significativas no recorte temporal aqui analisado, sugerindo uma limitação na influência do capital externo sobre esses setores bem como uma consolidação do capital nacional sobre tais atividades. Para a atividade “Outros da indústria extrativa”, o moderado crescimento da atuação estrangeira na participação da matriz de investimentos indica um gradativo crescimento do interesse do capital externo no setor. A acentuada tendência verificada na atividade “Extração de Petróleo e gás natural” sugere uma mudança qualitativa do centro de decisões acerca da atuação da atividade econômica para o setor externo, tendência alinhada à desnacionalização verificada na economia brasileira. Diante disso, evidencia-se uma forte tendência de dependência do setor externo na atividade de "Extração de Petróleo e Gás Natural", atividade estratégica para a economia brasileira. Com mais de 60% dos investimentos provenientes de fontes internacionais, o desenvolvimento e o funcionamento dessa atividade podem tornar-se intrinsecamente ligados à continuidade e à disponibilidade de recursos estrangeiros. Ainda, a expansão e sustentabilidade da atividade podem estar subordinadas aos interesses do capital externo, que, frequentemente, não coincidem com as prioridades nacionais.

Dessa maneira, os objetivos do presente estudo foram alcançados por meio da análise quantitativa dos dados coletados utilizando como referência a Teoria Marxista da Dependência. Conclui-se, portanto, que é possível inferir que a dependência do setor primário-exportador em relação aos insumos e bens de capital do setor estrangeiro configura

um cenário que tem se delineado ao longo da última década e pode manifestar-se em diferentes graus, variando conforme a atividade econômica em questão, mas tende a se consolidar como uma característica relevante para o setor. No entanto, é necessário pontuar que isso não deve ser interpretado como um atestado de falência para a indústria brasileira, uma vez que a grande maioria dos manufaturados adquiridos pelo setor provém da indústria doméstica. O que se faz necessário é que a indústria se fortaleça para garantir uma maior competitividade e sustentabilidade frente ao mercado estrangeiro, a fim de reduzir a vulnerabilidade em relação ao setor externo.

Como consideração final deste estudo, destaca-se a necessidade de que, em continuidade, sejam conduzidas investigações exploratórias acerca da gama de produtos manufaturados que têm sido importados pelo setor primário-exportador, com o objetivo de analisar a capacidade da indústria brasileira de produzir tais bens internamente. Além disso, é necessário que sejam desenvolvidas pesquisas com profundidade analítica sobre as discrepâncias observadas na atividade econômica de “Extração de Petróleo e Gás Natural”, de modo que os valores atípicos detectados possam ser devidamente investigados e elucidados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M. L.; BALANCO, P. A. F.; RIBEIRO, N. R. Industrialização e desindustrialização: um ensaio de conceituação a partir da teoria econômica marxiana. *ResearchGate*, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323150389_Industrializacao_e_Desindustrializacao_uma_conceituacao_a_luz_da_teorica_economica_marxiana. Acesso em: 27 ago. 2024.
- ALMEIDA, L. M. L.; BALANCO, P. A. F. Deindustrialization in a Marxian perspective: An empirical study of the Brazilian economy between 1995-2010. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 68, p. 224-239, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.strueco.2023.10.012>, Acesso em: 29 set. 2024.
- ALVEZ-PASSONI, P.; FREITAS, F. Como deflacionar matrizes insumo-produto? Uma proposta de uma série deflacionada para o Brasil no SCN 2010. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2022. (Texto para Discussão 30/2022)
- CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, 2008, p. 247-272. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/>. Acesso: 15 abr. 2024.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, p. 191-205, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>. Acesso em: 15 abr. 2024
- CARVALHO, D. F., CARVALHO A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/17548>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, 2012, p. 831-851. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- CHARNOCK, G; STAROSTA, G. Introduction: The new international division of labour and the critique of political economy today. In: CHARNOK, G; STAROSTA, G. *The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development*, 2016, p. 1-22.
- ESPOSITO, M. Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. *História Econômica & História de Empresas*, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/478>. Acesso em: 27 set. 2024.
- FILGUEIRAS, L. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. In: *Novas interpretações desenvolvimentistas*, 2013, p. 371-450.
- FILGUEIRAS, L. Economia, política e o bloco no poder no Brasil. *Bahia Análise & Dados*, v. 27, n. 2, 2017, p. 147-173.

GERMER, C. M. O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista. *Economia e Sociedade*, v. 9, n. 2, 2016, p. 159-178. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643115>. Acesso em: 22 set. 2024.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, 2017, p. 189-207. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>. Acesso em: 06 ago. 2024.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes. *Texto para Discussão*, n. 32, 2017. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>. Acesso em: 08 maio 2024.

LIMA, R. P. **Desindustrialização**: uma análise do caso brasileiro. Orientador: Nelson Rosas. 2014. 85f. TCC (Graduação) – Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1907>. Acesso em: 14 ago. 2024

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. *Carta Internacional*, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1029>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v.9, n.3, dez. 2017, p. 325-356. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Coleção Pátria Grande. Florianópolis: Ed. Insular, 2013.

MEDEIROS, C. A.; SARTI, F. A internacionalização da produção e os desafios ao desenvolvimento econômico. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 15, n. 26, 2020, p. 259-276. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/503>. Acesso em: 06 abr. 2024.

MIGUEZ, Thiago; FREITAS, Fabio (2021) "Matrizes de Absorção de Investimento (MAIs): Metodologia de Estimação para o Sistema de Contas Nacionais Referência 2010". Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ (Texto para Discussão, n. 24/2021)

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações. 1972. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/1614> . Acesso em: 11 jul. 2024.

SAWAYA, R. R. Estado, democracia e o poder da corporação transnacional. *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, 2018, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/HOMA/article/view/30548>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo; 2003

OSORIO, Jaime. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: A Teoria Marxista da Dependência Revisitada. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, 2016, p. 494-539. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21820>. Acesso em: 24 abr. 2024.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Matthias; OSORIO, Jaime. *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012, p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Matthias; OSORIO, Jaime. *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012, p. 103-133.